PREFEITURA DE
SÃO PEDRO
DOS CRENTES
Trabalho é nossa marca

PREFEITURA DE
SÃO PEDRO
DOS CRENTES
Trabalho é nossa marca

RELATÓRIO DE EXPOSIÇÃO CIRCUNSTANCIADA DA GESTÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SÃO PEDRO DOS CRENTES – MARANHÃO

EXERCÍCIO DE 2022

APRESENTAÇÃO

Sumário

Mensagem do Prefeito 3
1. Introdução 4
2. O Relatório Anual de Gestão 5
3. Desafios – principais condicionantes de 2022 6
4. Perfil da Organização 8
4.1 Natureza jurídica e histórico 8
4.2 Estrutura organizacional 8
5. Resultados por Área 9
5.1 Painel de objetivos 9
5.2 Infraestrutura 9
5.3 Saúde 9
5.4 Educação 9
5.5 Assistência Social, Esporte e Cultura 9
6. Monitoramento e Gestão Orçamentária 11
6.1 Balanço orçamentário 11
6.2 Gestão de riscos 13
7. Obras 14
8. Recomendações para os Próximos Exercícios 15
9. Conclusão 16
Anexo – Fontes e pendências 17
A preencher antes da publicação 17

Mensagem do Prefeito

Cidadãs e cidadãos de São Pedro dos Crentes,

Apresento o Relatório Anual de Gestão do exercício de 2022, com o que foi planejado, o que foi executado e o que precisa melhorar, com base nos demonstrativos oficiais publicados pela Prefeitura.

Em 2022 houve sucessão na chefia do Executivo: o prefeito Lahesio Rodrigues Bonfim renunciou ao mandato em abril para disputar o Governo do Estado, e Rômulo Costa Arruda assumiu a Prefeitura, com o compromisso de dar continuidade às ações em curso.

Em 2022 a Prefeitura executou R$ 26.211.809,70 em despesas liquidadas, com destaque para a educação (R$ 9.078.020,05) e a saúde (R$ 6.231.137,34).

Reconhecemos também os desafios: a receita arrecadada ficou em 53,5% do previsto no orçamento, os investimentos avançaram abaixo do planejado e precisamos fortalecer a transparência ativa e o planejamento.

Rômulo Costa Arruda
Prefeito Municipal de São Pedro dos Crentes

1. Introdução

Este Relatório Anual de Gestão apresenta os resultados da Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes no exercício de 2022, tendo como referência a Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

O documento atende à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e permite que qualquer cidadão acompanhe a aplicação dos recursos públicos.

2. O Relatório Anual de Gestão

O RAG consolida, em linguagem acessível, as ações do exercício, apoiado em três pilares:

- **Monitoramento:** acompanha metas e objetivos e apoia decisões com base em evidências.
- **Transparência:** traduz demonstrativos fiscais e o quadro de obras em informação clara.
- **Melhoria contínua:** identifica gargalos, compara o orçado com o executado e orienta o planejamento seguinte.

3. Desafios – principais condicionantes de 2022

3.1 Orçamento acima da receita real

A previsão de receita foi de R$ 51.206.113,60, mas foram arrecadados R$ 27.374.811,05 (53,5%). O FUNDEB realizou 60,8% do previsto e o FPM 82,8%.

Ação corretiva: projetar a receita da LOA com base na série histórica e nas estimativas oficiais (STN e FNDE), e contingenciar despesas a cada bimestre quando a arrecadação não acompanhar a meta (art. 9º da LRF).

3.2 Déficit orçamentário

A despesa empenhada (R$ 36.042.400,65) superou a receita arrecadada, gerando déficit orçamentário de R$ 8.667.589,60. Além disso, R$ 9.830.590,95 foram inscritos em restos a pagar não processados, comprometendo o orçamento do ano seguinte.

Ação corretiva: limitar o empenho à receita efetivamente arrecadada e acompanhar o saldo financeiro por fonte de recurso.

3.3 Baixa execução dos investimentos

Dos R$ 6.562.655,75 autorizados para investimentos, foram empenhados R$ 2.785.300,21 (42,4%). Funções com execução inferior a 30%: Agricultura (12,2%), Desporto e Lazer (2,8%), Cultura (16,7%). Sem nenhuma despesa liquidada: Legislativa, Comunicações, Habitação, Gestão Ambiental.

Ação corretiva: carteira de projetos priorizada, cronograma físico-financeiro e licitações no primeiro semestre.

3.4 Arrecadação própria

O IPTU arrecadou R$ 3.169,35 e o ISS R$ 345.160,56 no ano. A base própria é muito pequena diante das transferências: só o FPM somou R$ 13.189.603,81.

Ação corretiva: atualização do cadastro imobiliário e da planta genérica de valores, e fiscalização do ISS.

3.5 Despesa com pessoal

A despesa empenhada com pessoal e encargos (R$ 12.849.041,69) corresponde a 50,4% da Receita Corrente Líquida (R$ 25.515.769,39). O valor fica acima do limite de alerta de 48,6% da LRF. Trata-se de cálculo indicativo, a ser conferido com o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 3º quadrimestre.

Ação corretiva: monitorar quadrimestralmente o RGF e, se confirmado, adotar as medidas dos arts. 22 e 23 da LRF.

3.6 Transparência ativa e planejamento

O portal publicou cerca de 15 notícias em 2022, todas entre fevereiro e abril. Depois de 14/04/2022, não há nenhuma publicação até janeiro de 2025. Não havia Planejamento Estratégico publicado em 2022 (o documento disponível no portal é datado de 31/12/2023).

Ação corretiva: calendário editorial de publicações, atualização das páginas institucionais e elaboração de Planejamento Estratégico do Executivo com metas numéricas.

3.7 Consistência dos demonstrativos

No Anexo 2 do RREO, a função Legislativa aparece com dotação de R$ 1.431.157,76 e nenhuma despesa liquidada, embora o repasse à Câmara Municipal seja obrigatório. O lançamento deve ser conferido com a Contabilidade.

4. Perfil da Organização

4.1 Natureza jurídica e histórico

A Prefeitura Municipal de São Pedro dos Crentes é pessoa jurídica de direito público interno, órgão do Poder Executivo municipal (CNPJ 01.577.844/0001-62), com sede na Av. Canaã, 102, Centro. O município foi criado pela Lei Estadual nº 6.154, de 10 de novembro de 1994, desmembrado de Estreito, e instalado em 1º de janeiro de 1997.

Indicador	Valor	Referência
População (Censo)	5.783 habitantes	IBGE, 2022
Área territorial	979,92 km²	IBGE, 2022
Densidade demográfica	5,90 hab./km²	IBGE, 2022
Bioma	Cerrado	IBGE
PIB per capita	R$ 17.777,02	IBGE, 2021
Código IBGE	2111573	IBGE
Receita Corrente Líquida 2022	R$ 25.515.769,39	RREO 6º bim/2022

Fonte: IBGE (Censo 2022 e formação administrativa); RREO.

4.2 Estrutura organizacional

Estrutura atual publicada no portal. Os titulares de cada pasta em 2022 devem ser confirmados pela Secretaria de Administração.

#	Unidade
1	Controladoria Geral do Município
2	Procuradoria Geral do Município
3	Secretaria Municipal de Administração
4	Secretaria Municipal de Finanças e Gestão
5	Secretaria Municipal de Educação
6	Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento
7	Secretaria Municipal de Assistência Social
8	Secretaria de Infraestrutura
9	Secretaria de Esporte e Lazer
10	Secretaria Municipal de Transportes
11	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
12	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
13	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
14	IPRESPEC – Instituto de Previdência

5. Resultados por Área

Não havia Planejamento Estratégico publicado em 2022 (o documento disponível no portal é datado de 31/12/2023).

5.1 Painel de objetivos

Objetivo	Indicador	Resultado 2022	Status
Equilíbrio fiscal	Resultado orçamentário	Déficit de R$ 8.667.589,60	**Crítico**
Planejamento realista	Receita realizada / prevista	53,5%	**Crítico**
Investir em infraestrutura	Investimentos empenhados / autorizados	42,4%	**Atenção**
Limite com pessoal (LRF)	Pessoal / RCL (indicativo)	50,4%	**Atenção**
Comunicação com a população	Notícias publicadas no portal	≈15 (fev–abr)	**Atenção**
Educação: mínimo de 25% em MDE	% aplicado (SIOPE)		
Saúde: mínimo de 15% em ASPS	% aplicado (SIOPS)		

Fonte: RREO 6º bim/2022; portal da Prefeitura.

5.2 Infraestrutura

- Inauguração da Praça do Agricultor, de estrada vicinal, de trecho de asfalto e de ginásio de esportes, com recursos de emenda parlamentar federal (abr/2022).
- Entrega de escola ampliada, da Casa do Povo e de poços artesianos (abr/2022).
- Construção de estrada na localidade do Sr. Natalino e serviços de limpeza urbana (abr/2022).

5.3 Saúde

- Campanhas de vacinação para idosos, trabalhadores da saúde e crianças de 6 meses a menores de 5 anos (mar–abr/2022).
- Pré-natal odontológico para gestantes e agendamento odontológico (mar–abr/2022).
- Consultas médicas descentralizadas, incluindo o bairro Santa Rosa (abr/2022).
- Despesa liquidada na função Saúde: R$ 6.231.137,34 (55,8% da dotação).
- Cobertura da Atenção Primária, consultas e vacinação:

5.4 Educação

- Despesa liquidada na função Educação: R$ 9.078.020,05 (54,6% da dotação).
- Matrículas, aprovação e IDEB:

5.5 Assistência Social, Esporte e Cultura

- Projeto Viver Mais e 1º Encontro da Terceira Idade (mar–abr/2022).

- Distribuição de cestas básicas (abr/2022).
- Audiência pública de avaliação das metas fiscais (fev/2022).
- Famílias atendidas no CRAS / CadÚnico:

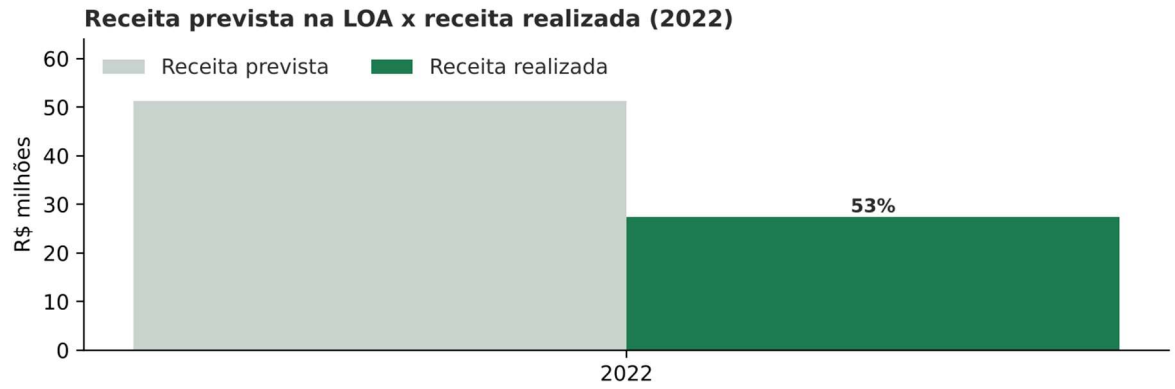
6. Monitoramento e Gestão Orçamentária

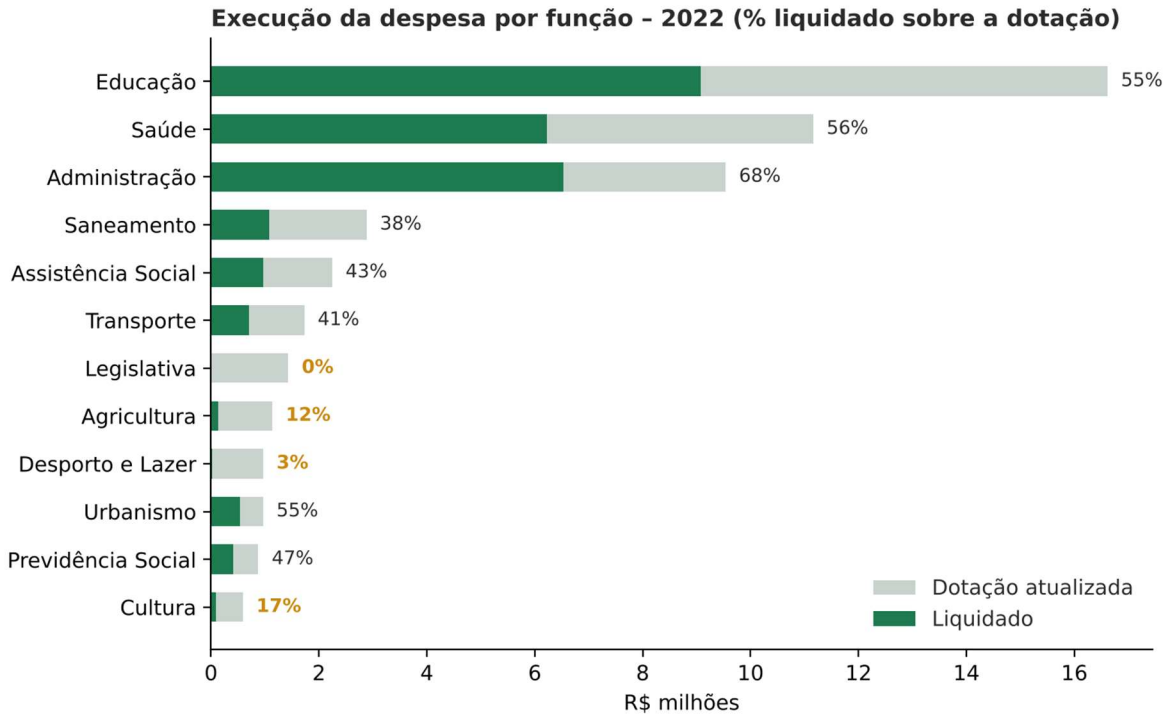
6.1 Balanço orçamentário

Item	Valor	%
Receita prevista atualizada	R$ 51.206.113,60	
Receita realizada	R$ 27.374.811,05	53,5%
Dotação atualizada	R$ 51.206.113,60	
Despesa empenhada	R$ 36.042.400,65	70,4%
Despesa liquidada	R$ 26.211.809,70	51,2%
Despesa paga	R$ 25.491.777,28	49,8%
Resultado orçamentário (receita − empenho)	R$ -8.667.589,60	

Fonte: RREO – Anexo 1, 6º bimestre de 2022 (publicado em 30/01/2023).

Resultado primário (sem RPPS) de R$ 388.826,60, para meta da LDO de R$ 0,00.





Função	Dotação atualizada	Liquidado	% exec.
Educação	R$ 16.613.655,91	R$ 9.078.020,05	54,6%
Saúde	R$ 11.159.476,03	R$ 6.231.137,34	55,8%
Administração	R$ 9.534.509,56	R$ 6.526.783,45	68,5%
Saneamento	R$ 2.880.708,32	R$ 1.083.612,08	37,6%
Assistência Social	R$ 2.243.554,26	R$ 971.104,35	43,3%
Transporte	R$ 1.726.631,47	R$ 700.448,53	40,6%
Legislativa	R$ 1.431.157,76	R$ 0,00	**0,0%**
Agricultura	R$ 1.135.130,51	R$ 138.253,31	**12,2%**
Desporto e Lazer	R$ 965.392,14	R$ 26.875,53	**2,8%**
Urbanismo	R$ 963.685,76	R$ 533.216,13	55,3%
Previdência Social	R$ 875.474,80	R$ 415.637,08	47,5%
Cultura	R$ 590.755,00	R$ 98.851,36	**16,7%**
Energia	R$ 296.712,72	R$ 228.989,15	77,2%
Reserva de Contingência	R$ 258.300,00	R$ 0,00	**0,0%**
Comunicações	R$ 223.758,65	R$ 0,00	**0,0%**
Trabalho	R$ 193.250,00	R$ 178.881,34	92,6%
Habitação	R$ 63.449,25	R$ 0,00	**0,0%**
Gestão Ambiental	R$ 50.511,46	R$ 0,00	**0,0%**
TOTAL	**R$ 51.206.113,60**	**R$ 26.211.809,70**	**51,2%**

Fonte: RREO – Anexo 2, 6º bimestre de 2022.

6.2 Gestão de riscos

Risco	Descrição	Mitigação
Orçamento sem lastro	Previsões de receita muito acima do realizado geram dotações sem cobertura e déficits.	LOA com base histórica e contingenciamento bimestral.
Equilíbrio fiscal	Déficit orçamentário de R$ 8.667.589,60 no exercício.	Empenho limitado à arrecadação e controle por fonte.
Despesa com pessoal	50,4% da RCL (indicativo).	Acompanhamento quadrimestral pelo RGF.
Transparência	Ausência de notícias e de dados por área no portal.	Rotina mensal de publicação e checagem das seções obrigatórias.
Execução de obras	Investimentos com 42,4% de execução.	Cronograma físico-financeiro e fiscal de contrato designado.

7. Obras

O quadro de obras do Portal da Transparência não registra obras iniciadas em 2022. As obras inauguradas em abril de 2022 foram divulgadas pela imprensa local, sem valores publicados no portal.

Relação completa de obras e reformas executadas no exercício

8. Recomendações para os Próximos Exercícios

- Elaborar a LOA com projeção de receita baseada na série histórica.
- Limitar empenhos à arrecadação e reduzir a inscrição em restos a pagar.
- Publicar Planejamento Estratégico do Executivo com metas numéricas por secretaria.
- Manter o portal atualizado com notícias, quadro de obras e indicadores por área.
- Fortalecer IPTU e ISS para reduzir a dependência de transferências.

9. Conclusão

O exercício de 2022 mostra uma Prefeitura que manteve os serviços essenciais, com a maior parte dos recursos aplicada em educação, saúde e administração, mas que enfrentou um orçamento superestimado, déficit orçamentário e execução limitada de investimentos. As ações corretivas propostas visam um planejamento mais realista e uma gestão mais transparente.

Anexo – Fontes e pendências

- RREO – 6º bimestre de 2022, publicado no Portal da Transparência em 30/01/2023.
- Portal da Prefeitura: notícias, quadro de obras, Plano Estratégico e estrutura de secretarias.
- IBGE – Censo 2022 e formação administrativa.
- Imprensa local (abr/2022): inaugurações e sucessão na Prefeitura.

A preencher antes da publicação

- Titulares das secretarias no exercício.
- Percentuais de MDE, FUNDEB 70% (SIOPE) e ASPS (SIOPS).
- Despesa com pessoal oficial (RGF do 3º quadrimestre).
- Ações e indicadores de saúde, educação, assistência social e infraestrutura.

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Exposição Circunstanciada da Gestão tem por finalidade apresentar as atribuições, a organização administrativa e as principais áreas de atuação da Secretaria Municipal de Educação de São Pedro dos Crentes – MA, referentes ao exercício de 2022.

A educação representa um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social e humano, sendo indispensável à formação dos cidadãos e à construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária. Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Educação exerce papel estratégico na coordenação das políticas públicas educacionais, na orientação das unidades escolares e na organização dos serviços necessários ao funcionamento da rede municipal de ensino.

O documento contempla as responsabilidades dos departamentos e setores vinculados à Secretaria, destacando a importância do planejamento, do acompanhamento pedagógico, da gestão administrativa e da articulação entre os profissionais da educação.

As atividades educacionais devem observar a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Base Nacional Comum Curricular, o Plano Nacional de Educação e as demais normas aplicáveis, buscando assegurar o direito à educação e a melhoria contínua dos serviços oferecidos à população.

INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação de São Pedro dos Crentes – MA, no exercício de 2022, constituiu um dos principais órgãos responsáveis pela organização e pelo acompanhamento das políticas públicas educacionais do Município. Sua atuação compreende o planejamento das atividades escolares, a orientação pedagógica, a organização dos serviços administrativos e o acompanhamento das necessidades apresentadas pelas unidades de ensino.

A gestão educacional exige ações permanentes de planejamento, acompanhamento e avaliação, considerando as particularidades de cada etapa da educação básica e as necessidades dos estudantes.

Além da oferta de vagas, é fundamental buscar condições adequadas de aprendizagem, permanência escolar, inclusão e desenvolvimento integral.

Nesse sentido, a Secretaria atua por meio de diferentes departamentos, cujas atribuições abrangem desde a orientação dos profissionais e a organização dos recursos humanos até o transporte escolar, a alimentação, a infraestrutura, a saúde preventiva e a educação ambiental.

A integração dessas áreas contribui para a organização dos serviços e para o atendimento das demandas da comunidade escolar. O trabalho conjunto entre a administração municipal, os gestores escolares, os professores, os servidores, os estudantes e suas famílias constitui elemento importante para o fortalecimento da educação pública.

🏛 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

A Secretaria Municipal de Educação é responsável pela coordenação das políticas públicas educacionais no âmbito municipal, competindo-lhe organizar, orientar e acompanhar as atividades desenvolvidas pela rede pública de ensino.

Sua atuação envolve a formulação de diretrizes, a elaboração de planejamentos, o acompanhamento das unidades escolares e a articulação entre os setores administrativos e pedagógicos. Também compreende o desenvolvimento de ações destinadas ao fortalecimento da aprendizagem, à valorização dos profissionais e à melhoria das condições de funcionamento das escolas.

📌 Informações institucionais

- Órgão: Secretaria Municipal de Educação – SEMED.
- Município: São Pedro dos Crentes – Maranhão.
- Exercício de referência: 2022.
- Endereço informado: Praça da Independência, Centro, São Pedro dos Crentes – MA.
- Horário informado: de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 17h.
- E-mail informado: educacao@saopedroscrentes.ma.gov.br.

🏫 ACOMPANHAMENTO ESCOLAR

O setor de Acompanhamento Escolar tem como finalidade oferecer suporte às unidades de ensino, acompanhando suas necessidades administrativas e pedagógicas e contribuindo para o desenvolvimento das atividades educacionais.

Entre suas atribuições estão as visitas às escolas, a orientação aos gestores, o acompanhamento das demandas apresentadas e o encaminhamento de situações que possam comprometer a frequência e a aprendizagem dos estudantes.

O setor também contribui para o fortalecimento da comunicação entre as escolas e a Secretaria, permitindo que as dificuldades identificadas sejam registradas e encaminhadas aos departamentos competentes.

📦 ALMOXARIFADO

O Almoxarifado é responsável pelo recebimento, armazenamento, controle e distribuição de materiais utilizados pela Secretaria Municipal de Educação e pelas unidades escolares.

Sua atuação contribui para a organização dos estoques, o acompanhamento das solicitações e a distribuição adequada dos materiais necessários às atividades administrativas e pedagógicas.

O controle das entradas e saídas, aliado à conservação dos itens armazenados, favorece a redução de desperdícios e permite maior acompanhamento da utilização dos recursos públicos.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O Departamento de Educação Infantil acompanha as atividades relacionadas à primeira etapa da educação básica, considerando as necessidades de desenvolvimento, aprendizagem, socialização e cuidado das crianças.

Sua atuação compreende a orientação das equipes pedagógicas, o acompanhamento das práticas educativas e o incentivo à formação continuada dos profissionais.

As atividades devem observar as diretrizes curriculares aplicáveis e promover experiências que estimulem a criatividade, a autonomia, a convivência e o desenvolvimento integral das crianças.

DEPARTAMENTO DOS ANOS INICIAIS

O Departamento dos Anos Iniciais acompanha as atividades pedagógicas desenvolvidas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com atenção ao processo de alfabetização e ao desenvolvimento das habilidades fundamentais de leitura, escrita e matemática.

O setor contribui para a orientação dos professores, o acompanhamento dos planejamentos e a identificação de dificuldades de aprendizagem.

Também incentiva a adoção de estratégias pedagógicas que respeitem os diferentes ritmos de aprendizagem, favorecendo a consolidação dos conhecimentos necessários à continuidade da trajetória escolar.

DEPARTAMENTO DOS ANOS FINAIS

O Departamento dos Anos Finais acompanha as atividades desenvolvidas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, prestando orientação às equipes escolares e contribuindo para a organização das práticas pedagógicas.

Sua atuação busca fortalecer o desenvolvimento das competências previstas no currículo, incentivar a participação dos estudantes e acompanhar as dificuldades que possam comprometer o desempenho escolar.

O setor também pode contribuir para a análise dos resultados das avaliações disponíveis e para a elaboração de estratégias de reforço e recuperação das aprendizagens.

DEPARTAMENTO DE MERENDA ESCOLAR

O Departamento de Merenda Escolar acompanha os serviços relacionados à alimentação dos estudantes, contribuindo para a oferta de refeições adequadas e para o funcionamento regular das unidades de ensino.

Suas atividades envolvem a organização das demandas, o acompanhamento dos gêneros alimentícios, a observação das condições de armazenamento e a articulação com os profissionais responsáveis pela alimentação escolar.

A execução do serviço deve observar as normas do Programa Nacional de Alimentação Escolar e as orientações técnicas pertinentes, com atenção à qualidade dos alimentos, à higiene e à segurança alimentar.

🏫 ASSESSORIA PEDAGÓGICA

A Assessoria Pedagógica oferece orientação técnica às equipes escolares, auxiliando na organização dos planejamentos, no acompanhamento das atividades de ensino e na melhoria das práticas pedagógicas.

O setor contribui para a formação continuada dos profissionais, a troca de experiências entre as escolas e a identificação de dificuldades relacionadas à aprendizagem.

Sua atuação busca fortalecer a qualidade do ensino e favorecer o desenvolvimento de estratégias pedagógicas compatíveis com as necessidades dos estudantes.

👥 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

O Departamento de Recursos Humanos acompanha as demandas administrativas relacionadas aos servidores da rede municipal de ensino, incluindo a organização de informações funcionais, lotações, transferências e demais procedimentos pertinentes.

A adequada organização dos profissionais contribui para o funcionamento das unidades escolares e para a continuidade das atividades pedagógicas e administrativas.

O setor deve atuar em conformidade com a legislação aplicável e em articulação com os órgãos municipais responsáveis pela gestão de pessoal.

🩺 SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS

As ações de Saúde e Prevenção nas Escolas buscam incentivar hábitos saudáveis e contribuir para a prevenção de doenças no ambiente escolar.

A atuação pode envolver atividades educativas sobre higiene, alimentação, saúde bucal e prevenção de situações que afetem o bem-estar dos estudantes, mediante articulação com os serviços municipais de saúde.

O Programa Saúde na Escola constitui uma referência para a integração entre educação e saúde, respeitadas as competências dos profissionais envolvidos.

🚌 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR

O Departamento de Transporte Escolar organiza e acompanha os serviços destinados ao deslocamento dos estudantes até as unidades de ensino.

A adequada organização das rotas contribui para ampliar o acesso à educação, especialmente para os alunos que residem em localidades distantes das escolas.

O setor deve acompanhar as condições de funcionamento do serviço, os horários, as demandas das unidades escolares e os requisitos de segurança aplicáveis aos veículos e condutores.

🤝 DEPARTAMENTO DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO

O Departamento de Diversidade e Inclusão busca promover um ambiente escolar acessível, acolhedor e respeitoso, incentivando a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças.

Sua atuação compreende a orientação das equipes escolares, a promoção de atividades educativas e o incentivo a práticas que contribuam para prevenir a discriminação e superar barreiras à aprendizagem.

As ações devem observar a legislação vigente e as necessidades específicas dos estudantes, favorecendo sua participação nas atividades escolares.

🕮 BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

A Biblioteca Pública Municipal constitui um espaço de incentivo à leitura, à pesquisa e ao acesso ao conhecimento.

Sua atuação pode envolver a organização do acervo, a orientação dos usuários e o desenvolvimento de atividades culturais e educativas destinadas à comunidade.

A integração com as escolas favorece a formação de hábitos de leitura, o desenvolvimento da escrita e a ampliação do repertório cultural dos estudantes.

🏗 DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS

O Departamento de Infraestrutura acompanha as condições físicas das unidades escolares e encaminha as demandas relacionadas à manutenção, à conservação e à adequação dos ambientes.

A preservação dos prédios escolares é fundamental para garantir condições apropriadas ao desenvolvimento das atividades educacionais, observando aspectos de segurança, acessibilidade e funcionalidade.

O setor deve manter diálogo com os gestores escolares e encaminhar as necessidades identificadas aos responsáveis pela execução dos serviços, conforme os procedimentos administrativos aplicáveis.

🌳 DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

As ações relacionadas ao meio ambiente buscam incentivar a conscientização ambiental e estimular práticas sustentáveis no cotidiano escolar.

A educação ambiental pode ser trabalhada de maneira transversal, abordando temas como preservação dos recursos naturais, uso consciente da água, redução de resíduos e conservação dos espaços coletivos.

Essas iniciativas contribuem para a formação de cidadãos conscientes e para o fortalecimento da responsabilidade socioambiental.

📊 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório apresenta as principais áreas de atuação e as responsabilidades institucionais da Secretaria Municipal de Educação de São Pedro dos Crentes – MA, tomando como referência o exercício de 2022.

A organização dos departamentos demonstra a amplitude das atividades necessárias à manutenção dos serviços educacionais, abrangendo as áreas pedagógica, administrativa, logística e estrutural.

A atuação integrada dos setores é fundamental para o planejamento das atividades, o atendimento das demandas das unidades escolares e a busca permanente pela melhoria da qualidade do ensino público municipal.

A continuidade das ações de acompanhamento pedagógico, formação dos profissionais, organização dos serviços de apoio e manutenção dos ambientes escolares constitui elemento importante para o fortalecimento da educação e para a promoção de oportunidades de aprendizagem.

Ressalta-se que a comprovação dos resultados efetivamente alcançados em 2022 deverá ser complementada, quando necessário, com registros administrativos, indicadores educacionais, documentos financeiros e demais evidências correspondentes ao período.

Conclui-se que o compromisso com a educação pública exige planejamento, responsabilidade administrativa, transparência e cooperação entre os profissionais e os setores envolvidos, de modo a contribuir para o desenvolvimento educacional e social de São Pedro dos Crentes – MA.

1. Identificação

1.1. Informações Territoriais

UF	MA
Município	SÃO PEDRO DOS CRENTES
Região de Saúde	Balsas
Área	979,80 Km²
População	4.700 Hab
Densidade Populacional	5 Hab/Km²

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)
Data da consulta: 14/03/2023

Não há informações cadastradas para o período do Secretaria de Saúde

1 .3. Informações da Gestão

Prefeito(a)	ROMULO COSTA ARRUDA
Secretário(a) de Saúde em Exercício	MARLLON CASSIO DA SILVA BARROS
E-mail secretário(a)	leonecontabilidade@hotmail.com
Telefone secretário(a)	98982565688

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Data da consulta: 14/03/2023

1.4. Fundo de Saúde

Instrumento de criação	LEI
Data de criação	04/1997
CNPJ	12.124.231/0001-96
Natureza Jurídica	FUNDO PUBLICO DA ADMINISTRACAO DIRETA MUNICIPAL
Nome do Gestor do Fundo	MARLLON CASSIO DA SILVA BARROS

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Data da consulta: 14/03/2023

1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2022-2025
Status do Plano	Aprovado

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)
Data da consulta: 16/02/2023

1.6. Informações sobre Regionalização

Região de Saúde: Balsas

Município	Área (Km²)	População (Hab)	Densidade
ALTO PARNAÍBA	11132.105	11233	1,01
BALSAS	13141.637	96951	7,38
FEIRA NOVA DO MARANHÃO	1473.272	8506	5,77
FORMOSA DA SERRA NEGRA	3941.185	19425	4,93
FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	1664.058	12662	7,61
LORETO	3596.888	12271	3,41
NOVA COLINAS	743.1	5469	7,36
RIACHÃO	6373.153	20288	3,18
SAMBAÍBA	2478.569	5686	2,29
SÃO FÉLIX DE BALSAS	2032.302	4540	2,23
SÃO PEDRO DOS CRENTES	979.803	4700	4,80
SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	3521.74	19090	5,42
TASSO FRAGOSO	4382.944	8642	1,97

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)
Ano de referência: 2021

1 .7. Conselho de Saúde

Intrumento Legal de Criação	LEI	
Endereço	PRAÇA JERUSALEM	
E-mail		
Telefone		
Nome do Presidente	JOILSON DE SOUSA CONCEIÇÃO	
Número de conselheiros por segmento	**Usuários**	12
	Governo	6
	Trabalhadores	6
	Prestadores	0

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Ano de referência:

1 .8. Casa Legislativa

1º RDQA	2º RDQA	3º RDQA
Data de Apresentação na Casa Legislativa	**Data de Apresentação na Casa Legislativa**	**Data de Apresentação na Casa Legislativa**

- Considerações

Localizado na Microrregião de Porto Franco.

A sede do município distante da capital em 831 Km, com acesso através daMA-006 ou através da BR-230, a uma distância de 959 Km.

À cidade mais próxima de São Pedro dos Crentes, com melhor estrutura urbana e de serviços, é Fortaleza dos Nogueiras a 51 KM, pela rodovia MA-138 e Depois Balsas a 151 Km. Com Imperatriz, a segunda maior cidade maranhense em termos econômicos e populacional, a sua comunicação é feita através de 246 km de rodovia com o seguinte roteiro: MA-138, estrada de piçarra com120, Km a Estreito e a BR-010, que partindo daí, cobre 122 Km de estrada asfaltada até Imperatriz, passando por Porto Franco.

Uma das estradas de integração interna é a MA -138 que corta O Município de São Pedro dos Crentes no sentido norte-sul, passando pela sede, e perfazendo um total de 25 km de estrada Piçarrada dentro do território municipal.

A área urbana possui, além do centro possui um bairro que é o Bairro Santa Rosa

A forma como se distribui a população rural no município, está diretamente relacionada com o modo pelo qual se estruturou a posse da terra em São Pedro dos Crentes. Aqui, predominam os pequenos imóveis rurais, numa faixa de 25 a 50 hectares, conforme informações da Unidade local do INCRA e do presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. O número de arrendatários e parceiros, segundo as mesmas fontes, é insignificante, não alterando o quadro fundiário do município.

Essa estrutura de ocupação da terra não enseja a formação de muitos núcleos densamente povoados, porque as famílias ficam isoladas em suas áreas de trabalho.

O município faz parte da região de saúde de Balsas que contempla 13 municípios.

De acordo com dados IBGE 2021 o município possui uma área de 979,80km2 e conta com 4.700 hab, sendo 5 hab/km2 segundo a densidade populacional.

2. Introdução

- Análises e Considerações sobre Introdução

O Relatório Anual de Gestão - RAG é o instrumento de prestação de contas que evidencia as atividades de Monitoramento e Avaliação para atender aos dispositivos legais previstos no inciso IV, do art. 4º, da Lei nº 8.142 de 1990, que dispõe sobre a obrigatoriedade de o Relatório de Gestão como condição para o ente federado receber os recursos do SUS.

Também atende a Lei Complementar nº 141 de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal e dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde.

Além disso, atende a Portaria GM/MS nº 2.135, de 25 de setembro de 2013 e a Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, art. 99, que tratam o Relatório de Gestão como instrumento de gestão, com elaboração anual, que permite apresentar os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde (PAS), e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários ao Plano de Saúde.

Para tanto, o Relatório de Gestão deve contemplar basicamente:

I ¿ As diretrizes, objetivos e indicadores do Plano de Saúde;

II ¿ As metas da PAS previstas e executadas;

III - A análise da execução orçamentária; e IV ¿ As recomendações necessárias. Portanto, a elaboração do RAG 2021 teve como base a estrutura proposta pelo Sistema DigiSUS Gestor Módulo Planejamento (DGMP), instituído pela Portaria GM/MS Nº 750 de 2019.

Isto posto, o RAG divide-se em: Análise Situacional da População do DF; Rede Física e Prestadora de Serviços do SUS; Produção de Serviços do SUS; Força de Trabalho; Auditorias e Outras Ações de Controle; Execução Orçamentária e Financeira; e Análises e Recomendações dos Indicadores e Ações da Programação Anual de Saúde.

O presente relatório apresenta o desempenho da gestão no exercício de 2022. Com base nessas informações é possível avaliar a operacionalização da política de saúde e a qualidade dos resultados alcançados.

Por fim, evidencia-se que este documento tem por objetivo subsidiar a participação e o controle social, aprimorando as ações e gestão em saúde, primando pela clareza, objetividade e transparência que devem nortear esse instrumento.

3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade

3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2021

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	193	185	378
5 a 9 anos	193	186	379
10 a 14 anos	207	183	390
15 a 19 anos	225	187	412
20 a 29 anos	451	440	891
30 a 39 anos	381	337	718
40 a 49 anos	306	269	575
50 a 59 anos	228	210	438
60 a 69 anos	147	143	290
70 a 79 anos	76	89	165
80 anos e mais	28	36	64
Total	**2435**	**2265**	**4700**

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/DASNT/CGIAE (DataSUS/Tabnet)
Data da consulta: 22/03/2023.

3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2018	2019	2020
SAO PEDRO DOS CRENTES	93	78	117

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)
Data da consulta: 22/03/2023.

3.3. Principais causas de internação

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2018	2019	2020	2021	2022
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	76	325	210	217	234
II. Neoplasias (tumores)	13	16	10	8	2
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	3	14	26	34	46
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	8	23	11	7	4
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-	-	-
VI. Doenças do sistema nervoso	4	12	104	130	169
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-	-	1
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	3	11	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	23	42	32	62	54
X. Doenças do aparelho respiratório	49	128	80	113	126
XI. Doenças do aparelho digestivo	40	72	95	167	145
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	4	6	11	11	4
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	1	9	13	-	-
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	30	66	81	82	133
XV. Gravidez parto e puerpério	35	101	132	105	80
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	-	3	5	7	8
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	1	-	-	-	3
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	485	62	89	91	90
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	18	23	19	19	12
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	1	-	2

CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-
Total	**790**	**905**	**930**	**1053**	**1113**

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 22/03/2023.

Obs.: A atualização dos valores relativos ao último período ocorrem simultaneamente ao carregamento dos dados no Tabnet/DATASUS.

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

Capítulo CID-10	2018	2019	2020
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	1	3
II. Neoplasias (tumores)	4	-	2
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	-	-	-
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	2	1	8
V. Transtornos mentais e comportamentais	-	-	-
VI. Doenças do sistema nervoso	-	-	-
VII. Doenças do olho e anexos	-	-	-
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	-	-	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	9	10	9
X. Doenças do aparelho respiratório	-	2	2
XI. Doenças do aparelho digestivo	-	-	1
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	-	-
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	-	-	-
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	-	-	-
XV. Gravidez parto e puerpério	1	-	-
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	1	-	-
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	-	-	1
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	-	-	-
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	3	4	2
XXI. Contatos com serviços de saúde	-	-	-
XXII.Códigos para propósitos especiais	-	-	-
Total	**20**	**18**	**28**

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)
Data da consulta: 22/03/2023.

- Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

O perfil demográfico da população de São Pedro dos Crentes demonstra uma população feminina menor que a masculina, o que não reflete o perfil geral do Estado e do País.

É importante ressaltar que o município, antevendo o aumento da população idosa, possui atendimento multidisciplinar direcionado exclusivamente às pessoas com mais de 60 anos.

O maior índice populacional está entre 20 a 49 anos de idade, o que representa uma população jovem.

Quando analisamos a população por sexo e faixa etária, notamos que até a faixa etária dos 30-49 anos a população masculina é ligeiramente maior que a feminina, indicando a necessidade de implantação e implementação de políticas pública de saúde voltadas a saúde do homem.

A Natalidade expressa a frequência anual de Nascidos Vivos e sofre influência da estrutura da população quanto a idade e ao sexo. Taxas elevadas, em geral, associam-se as baixas condições socioeconômicas e culturais de uma população.

Sendo assim, a Natalidade demonstrou aumento no número de nascidos vivos por residência da mãe, apresentando aumento de 34 % quando comparado ao ano de 2019 e 21% ao de 2018.

Os indicadores de morbidade são indicadores que quantificam a carga de doença e mostram o comportamento das doenças e dos agravos de saúde na população e tem como indicadores a prevalência e a incidência. Eles permitem conhecer os riscos de morrer por uma determinada causa e consequentemente orientar sua prevenção específica.

A mortalidade, por sua vez, é a estatística sobre as mortes em uma população. É a presença de um determinado tipo de doença em uma população. As estatísticas de mortalidade constituem-se em importante subsídio para o conhecimento do perfil epidemiológico da população, elaboração de indicadores de saúde e consequente planejamento de ações desse setor.

Nesse contexto, analisando as morbimortalidades apresentadas na tabela acima, referente a população residente, tem-se que das 1.113 internações no ano de 2022, as maiores incidências de internações dos munícipes foram causadas por doenças infecciosas e parasitárias, representando 21% do total geral de internações do município, seguidas por doenças do sistema nervoso, aparelho digestivo e geniturinário as quais são as mais recorrentes se compararmos os anos de 2020-2022.

Não obstante, observa-se que houve uma redução de 24% nas internações por gravidez, parto e puerpério se compararmos os anos de 2021-2022.

O número total de óbitos de residentes no município em 2020 foi de 28. Em relação ao ano de 2019, houve um aumento considerável do número de óbitos. Mantém-se como primeira causa de mortalidade, de acordo com os Capítulos da CID-10, as doenças do aparelho circulatório, com total de 09 óbitos, correspondendo à 32% do total de óbitos ocorridos no município.

Como segunda causa de mortalidade, aparecem as Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas, totalizando 08 óbitos, sendo 28% do total de óbitos do município.

Em comparação com o ano anterior, houve uma pequena redução do número de mortes causadas por eventos externos. Anteriormente, a maioria dessas mortes ocorria na faixa etária produtiva, mas agora a distribuição é mais uniforme. A mortalidade por causas externas é um dado de grande importância devido à quantidade significativa de óbitos em populações jovens. Esses dados subsidiaram a implementação de medidas de prevenção, uma vez que muitas dessas mortes são evitáveis.

4. Dados da Produção de Serviços no SUS

4.1. Produção de Atenção Básica

Tipo de Produção	Quantidade
Visita Domiciliar	10.074
Atendimento Individual	5.491
Procedimento	6.683
Atendimento Odontológico	1.703

Fonte: Sistema de informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informacões Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	-	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	-	-	-	-
03 Procedimentos clínicos	-	-	1067	271685,67
04 Procedimentos cirúrgicos	-	-	26	14599,56
05 Transplantes de orgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	-	-	-	-
Total	**-**	**-**	**1093**	**286285,23**

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 22/03/2023.

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

Não há informações cadastradas para o período

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informacões Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	166	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	71870	75072,61	-	-
03 Procedimentos clínicos	133599	42827,53	1068	271861,64
04 Procedimentos cirúrgicos	120	659,14	26	14599,56
05 Transplantes de orgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	-	-	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	159	787,05	-	-
Total	**205914**	**119346,33**	**1094**	**286461,20**

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 22/03/2023.

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Esse item refere-se ao componente especializado da assistência farmacêutica, sob gestão da esfera estadual.
Portanto, não há produção sob gestão municipal.

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	162	-
Total	**162**	**-**

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

Data da consulta: 22/03/2023.

- Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS

As informações da produção dos serviços de saúde são extraídas de bases oficiais, como o Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), o Sistema de Informação Hospitalar (SISAIH01) e o e-SUSAPS (SISAB), que expressam aspectos relativos à Atenção Primária, Urgência e Emergência, Atenção Psicossocial, Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar, Assistência Farmacêutica e Vigilância em Saúde.

A maioria dos procedimentos realizados nos estabelecimentos de saúde da rede são processadas junto ao Ministério da Saúde.

Nesse sentido, como demonstrado nas tabelas acima temos que:

NA ATENÇÃO BÁSICA: foram realizadas 10.074 visitas domiciliares, 5.491 atendimentos individuais, 6.683 procedimentos e 1.703 atendimentos odontológicos;

NA URGÊNCIA: foram realizados 1067 internações para realização de procedimentos clínicos ambulatoriais e 26 internações para realização de procedimentos cirúrgicos;

NA ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA E HOSPITALAR: o ambulatório realizou 166 ações de promoção e prevenção em saúde; 71.870 procedimentos com finalidade diagnóstica; 133.599 procedimentos clínicos; 120 procedimentos cirúrgicos; e 159 órteses, próteses e materiais especiais. E ainda, no faturamento de AIH tivemos 1.068 internações para procedimentos clínicos e 26 internações para procedimentos cirúrgicos.

Na Produção da Vigilância em Saúde, no Grupo de Procedimentos das Ações de Promoção e Prevenção à Saúde, foram realizadas 162 ações.

5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

Período 12/2022

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos				
Tipo de Estabelecimento	**Dupla**	**Estadual**	**Municipal**	**Total**
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	0	0	1	1
HOSPITAL GERAL	0	0	1	1
CENTRAL DE ABASTECIMENTO	0	0	1	1
POSTO DE SAUDE	0	0	3	3
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	0	0	1	1
CENTRO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA	0	0	1	1
Total	**0**	**0**	**8**	**8**

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS
Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 14/03/2023.

5.2. Por natureza jurídica

Período 12/2022

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	**Municipal**	**Estadual**	**Dupla**	**Total**
ADMINISTRACAO PUBLICA				
MUNICIPIO	8	0	0	8
ENTIDADES EMPRESARIAIS				
PESSOAS FISICAS				
Total	**8**	**0**	**0**	**8**

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS
Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 14/03/2023.

5.3. Consórcios em saúde

O ente não está vinculado a consórcio público em saúde

- Análises e Considerações sobre Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

As informações referentes ao parque tecnológico da saúde, contidas nesse relatório, tratam apenas das estruturas físicas registradas no Sistema de Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

Este sistema fornece dados sobre os Estabelecimentos de Saúde, conforme suas características e leitos existentes.

Apresentamos a seguir a descrição para os principais Tipos de Estabelecimentos:

- 01 Unidade Básica de Saúde;
- 01 Hospital Municipal de Pequeno Porte;
- 01 Central de Abastecimento Farmacêutico;
- 03 Postos de Saúde;
- 01 Unidade de Vigilância em Saúde;
- 01 Secretaria Municipal de Saúde.

O ente não está vinculado a consórcio público em saúde

6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

Período 02/2022

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**CBOs médicos**	**CBOs enfermeiro**	**CBOs (outros) nível superior**	**CBOs (outros) nível médio**	**CBOs ACS**
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Autônomos (0209, 0210)	0	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	1	0	4	17	12
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	0	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	0	0	0	0	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	0	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Celetistas (0105)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0
	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	0	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**CBOs médicos**	**CBOs enfermeiro**	**CBOs (outros) nível superior**	**CBOs (outros) nível médio**	**CBOs ACS**
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	4	5	6	22	2
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	0	0	0	0	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 27/03/2023.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação					
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	18	35	37	55

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão					
Adm. do Estabelecimento	**Formas de contratação**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	25	54	62	68

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 27/03/2023.

- Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

O município tem investido nas áreas de recursos humanos, tecnologia e garantia de financiamento dos serviços ¿ para que o serviço ofertado pela saúde funcione e haja um fortalecimento do SUS.

Entendemos que esses são os caminhos para conquistar um sistema de saúde sustentável, com uso racional de recursos com foco em garantir à população atendimento de qualidade.

A prioridade da Gestão Municipal é a contratação por meio de Concurso Público, ou seja profissional irá possuir vínculo empregatício com a prefeitura, porém possuímos em nosso quadro de colabores profissionais contratados por meio de concurso público, processo seletivo por tempo determinado, profissionais prestadores de serviços por meio de contratação de pessoa jurídica.

7. Programação Anual de Saúde - PAS

7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - Garantia de acesso da população a serviços de saúde de qualidade, mediante estruturação e investimentos na Rede de Serviços da Saúde, Atenção Primária à Saúde e Atenção especializada do município de São Pedro dos Crentes-MA.

OBJETIVO Nº 1.1 - Atender a todos os munícipes que procuram atendimentos básicos em saúde e também àqueles que necessitam de atenção especializada.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter em 100% a cobertura populacional atendida pela Equipe de Estratégia Saúde da Família.	Cobertura populacional atingida pelas Equipes de ESF.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Priorização da ESF como modelo de atenção à saúde, visando a qualificação das práticas e da gestão do cuidado									
Ação Nº 2 - Manter equipe mínima para atendimento dos munícipes									
Ação Nº 3 - Fortalecer o apoio institucional das equipes da unidade básica de saúde através de planejamento conjunto das ações da atenção básica									
2. Implantar 01 equipe de ESF.	Equipe de ESF implantada.	0			1	Não programada	Número		
3. Reduzir o percentual das internações por causas sensíveis da atenção primária.	Proporção de internações por causas sensíveis da atenção primária.	Percentual	2021	27,80	4,00	1,00	Percentual	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Monitoramento do cuidado as doenças sensíveis à atenção primária.									
Ação Nº 2 - Aproximação da Atenção Básica com as políticas de estratégias assistenciais com a vigilância em saúde e as áreas de apoio.									
Ação Nº 3 - Implantação de protocolos de fluxos de atendimentos.									
4. Aumentar o percentual em 90% de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família na Saúde.	Proporção alcançada de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família da Saúde.	0			90,00	25,00	Percentual	25,00	100,00
Ação Nº 1 - Redefinir estratégias de ações das equipes de ESF para acompanhamento da população com condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família na Saúde									
Ação Nº 2 - Promoção da intersetorialidade no desenvolvimento das ações									
5. Ampliar o acompanhamento nutricional das crianças beneficiarias do Programa Leite das Crianças.	Proporção alcançada de acompanhamento nutricional das crianças beneficiarias do Programa Leite das Crianças.	0			85,00	70,00	Percentual	70,00	100,00
Ação Nº 1 - Intensificação da educação em saúde quanto a coresponsbilidade da família beneficiarias do programa do Leite das Crianças									
Ação Nº 2 - Monitoramento da situação alimentar e nutricional dos beneficiários do Programa Leite das Crianças.									
Ação Nº 3 - Promoção da intersetorialidade no desenvolvimento das ações.									
6. Realizar iniciativas voltadas a promoção da saúde para usuários e profissionais de saúde.	Números de iniciativas realizadas.	0			4	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Promoção da Educação Permanente com vista a qualificação dos profissionais e das práticas em saúde.									
Ação Nº 2 - Promoção de ações de educação em saúde para os usuários do SUS.									
Ação Nº 3 - Elaboração e impressão e distribuição de materiais técnicos educativos e de orientações para profissionais e comunidade.									
7. Manter em 65% a cobertura populacional estimada pelas equipes Básicas de Saúde Bucal.	Proporção da cobertura populacional estimada pelas equipes Básicas de Saúde Bucal	0			65,00	65,00	Percentual	65,00	100,00
Ação Nº 1 - Implementação das ações de Saúde bucal na atenção primária à saúde e na Promoção da Saúde									
Ação Nº 2 - Implementação de estratificação de risco em saúde bucal para os grupos prioritários e classificação de risco das urgências									
Ação Nº 3 - Promoção de atendimento a pessoa com deficiência de forma prioritária									
Ação Nº 4 - Promover integração e alinhamento da Saúde Bucal com os demais pontos da rede de atenção à saúde									

Ação Nº 5 - Aprimoramento das ações de saúde bucal no Programa Saúde na Escola									
8. Estratificar as crianças de até 3 anos de idade em Saúde Bucal.	Proporção de crianças estratificadas com até 03 anos de idade.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Sensibilização dos profissionais quanto a realização da estratificação das crianças menores de 03 anos									
Ação Nº 2 - Capacitação dos profissionais para a realização da estratificação de risco									
Ação Nº 3 - Sensibilização dos usuários quanto a importância do atendimento de Saúde Bucal nos menores de 03 anos									
Ação Nº 4 - Realização de agendamento para a população de menores de 03 anos									
9. Ampliar o atendimento odontológico da AP implementando os atendimentos das especialidades odontológicas na unidade central.	Atendimentos especializados implementados.	0			1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Realização das endodontias e cirurgias orais menor pela equipe de Saúde Bucal									
Ação Nº 2 - Capacitação da equipe de Saúde Bucal									
10. Implementação de um laboratório de próteses.	Laboratório de prótese implementado.	0			1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Implementação e credenciamento junto ao Ministério da Saúde									
11. Reduzir em até 10% o percentual de exodontia em relação aos procedimentos restauradores.	Proporção de exodontia em relação aos procedimentos restauradores.	0			10,00	3,50	Percentual	3,50	100,00
Ação Nº 1 - Sensibilização dos profissionais da Atenção Primária de Saúde Bucal quanto a temática									
12. Aumentar a cobertura da ação coletiva de escovação dental supervisionada.	Cobertura de ações coletivas desenvolvidas de escovação dental supervisionada.	0			4	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Aprimoramento das ações de saúde bucal no Programa Saúde na Escola									
Ação Nº 2 - Realização de estratégias para desenvolvimento de ações coletivas de escovação dental supervisionada pelas equipes de Saúde Bucal									
13. Ampliação do horário de atendimento nas Unidades Básicas de Saúde.	Horário de atendimento ampliados nas Unidades Básicas de Saúdes SEDE.	0			1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Implementar estratégias de flexibilidade de horários nas jornadas de trabalho dos profissionais									
14. Aquisição de veículo para qualificação do transporte sanitário e equipe.	Veículos adquiridos	0			1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Cadastro de propostas de emendas parlamentares através do fundo a fundo									
Ação Nº 2 - Solicitar recurso financeiro para aquisição de veículos para transporte sanitário, através do programa APSUS									
Ação Nº 3 - Aquisição dos equipamentos por meio de processo licitatórios									
15. Estruturar o serviço de Fisioterapia.	Serviço de Fisioterapia estruturado.	0			1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Solicitar recurso financeiro para aquisição de equipamentos, através do programa APSUS									
Ação Nº 2 - Aquisição dos equipamentos por meio de processo licitatórios									

DIRETRIZ Nº 2 - Garantir o acesso à população aos serviços de Urgência e Emergência, conforme o aprimoramento da Rede de Urgência e Emergência, de pronto socorro e centros de regulação, articuladas as outras redes de atenção.

OBJETIVO Nº 2.1 - Garantir acesso qualificado dos pacientes em situação de urgência e emergência a um dos pontos de atenção resolutivos da rede.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter a qualidade e o funcionamento de todos os equipamentos da sala de emergência.	Qualidade dos equipamentos da sala de emergência.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Manutenção reparativa e preventiva dos equipamentos da sala de emergência									
2. Aquisição de equipamentos para estruturação da sala de urgência e emergência.	Equipamentos adquiridos para sala de urgência e emergência.	0			100	100	Número	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Buscar parceria governamentais por meio de emendas parlamentar para aquisição de equipamentos									
Ação Nº 2 - Aquisição dos equipamentos por meio de processo licitatório									
3. Reduzir taxa de mortalidade por causas externas, exceto violências.	Percentual reduzido na taxa de mortalidade por causas externas.	0			20,00	5,00	Percentual	5,00	100,00
Ação Nº 1 - Implantação e implementação dalinha de cuidado com prioridade para as doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e traumatismos									
Ação Nº 2 - Implementação de estratégia de agravos e eventos adversos, com foco nas maiores causas de morbimortalidade									

DIRETRIZ Nº 3 - Promoção da atenção integral a saúde da mulher e da criança e com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.

OBJETIVO Nº 3.1 - Fortalecer, organizar e qualificar a atenção materno-infantil.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Atingir a razão de exames citopatológicos de colo de útero em 0,63 ao ano em mulheres de 25 a 64 anos, com 1 exame de citopatológico a cada 03 anos.	Razão de exames citopatológicos de colo de útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população feminina na mesma faixa etária.	0			0,63	0,63	Razão	0,63	100,00
Ação Nº 1 - Realização de atividades educativas e recreativas em datas comemorativas, direcionadas a saúde da mulher, por exemplo, março e outubro rosa									
Ação Nº 2 - Monitoramento e intensificação da coleta de citopatológico de colo de útero na população feminina prioritariamente na faixa de 25 a 64 anos									
Ação Nº 3 - Rastreamento de mulheres para ações de controle do câncer de colo do útero na APS									
Ação Nº 4 - Previsão dos materiais de insumos para a coleta dos exames de citopatológico									
Ação Nº 5 - Realização de campanhas para a coleta de citopalógicos									
2. Aumentar a razão de exames de mamografia de rastreamento em mulheres de 50 a 69 anos e da mesma faixa etária a cada 02 anos.	Razão de exames de mamografia de rastreamento em mulheres de 50 a 69 anos e da mesma faixa etária.	0			20,00	5,00	Percentual	5,00	100,00
Ação Nº 1 - Realização de atividades educativas e recreativas em datas comemorativas, direcionadas a saúde da mulher, por exemplo, março e outubro rosa									
Ação Nº 2 - Efetivar as consultas de enfermagem para realização do exame clínico das mamas									
Ação Nº 3 - Rastreamento de mulheres para ações de controle do câncer de mama na APS									
Ação Nº 4 - Realizar o acompanhamento das mulheres com mamografia alterada									
Ação Nº 5 - Garantir o transporte sanitário para a realização do exame em outro município									
3. Ampliar o percentual de partos normais.	Percentual de aumento atingido de parto normal.	0			10,00	2,50	Percentual	2,50	100,00
Ação Nº 1 - Vincular as gestantes aos hospitais de referências de acordo com a estratificação de risco									
Ação Nº 2 - Efetivas as consultas de enfermagem no pré-natal, com orientações ao parto normal									

4. Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo 07 consultas.	Percentil atingido de nascidos vivos de mães com no mínimo 07 consultas.	0			70,00	63,00	Percentual	63,00	100,00
Ação Nº 1 - Efetivas as consultas de enfermagem no pré-natal									
Ação Nº 2 - Implementar a realização da busca ativa das gestantes faltosas									
Ação Nº 3 - Implantar estratégias para captura precoce das gestantes com menos de 12 semanas									
5. Garantir teste rápido de sífilis e HIV para todas as gestantes atendidas pelo SUS.	Proporção de gestantes que realizaram teste rápido de sífilis e HIV.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizar capacitação dos profissionais Enfermeiros e Farmacêuticos para a realização dos testes rápidos em parceria com a 2ª Regional de Saúde Metropolitana									
Ação Nº 2 - Disponibilizar aos profissionais insumos necessários para a realização dos testes rápidos									
Ação Nº 3 - Implementar a realização dos testes rápidos nas consultas de enfermagem, sendo 1 teste realizado por trimestre de gestação									
6. Realizar 03 testes de sífilis nas gestantes.	Número de teste de sífilis realizado por gestante.	0			3	3	Número	3,00	100,00
Ação Nº 1 - Implementação da Educação Permanente com vista na qualificação dos profissionais e das práticas em saúde no atendimento as gestantes.									
Ação Nº 2 - Efetivar a utilização do formulário de requisição de exames de rotina do pré-natal.									
7. Manter redução do coeficiente dos óbitos maternos.	Número absoluto de óbitos maternos.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Efetivação da estratificação de risco das gestantes em cada consulta de pré-natal									
Ação Nº 2 - Acompanhamento compartilhado com os hospitais de referências das gestantes classificadas como de alto risco.									
Ação Nº 3 - Atendimento qualificado e humanizado no pré-natal.									
8. Investigar 100% dos óbitos maternos.	Número de óbitos maternos investigados.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Capacitar os profissionais da Vigilância em Saúde, dos integrantes doComitê Municipal de Prevenção de Mortalidade Materna e Infantil e da equipe de ESF para a realização da investigação dos óbitos maternos e infantil.									
Ação Nº 2 - Intensificar as ações desenvolvida pelo Comitê Municipal de Prevenção de Mortalidade Materna e Infantil.									
9. Implantar as consultas de puericultura para todas as crianças no primeiro ano de vida, Atendidas nas UBS.	Número de consulta de puericultura para todas as crianças no primeiro ano de vida, Atendidas nas UBS.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Implementar estratificação de risco para as crianças atendidas nas Unidade de Saúde, pela equipes de ESF.									
Ação Nº 2 - Capacitar a equipe de ESF para a realização da estratificação de risco.									
Ação Nº 3 - Efetivar o atendimento das equipes de ESF (médico, enfermeiro e dentista) quanto a responsabilização do atendimento das crianças em seu primeiro ano de vida.									
Ação Nº 4 - Efetivar o acompanhamento dos ACS nas visitas domiciliares das crianças no primeiro ano de vida.									
Ação Nº 5 - Realização de agendamento das consultas da criança em seu primeiro ano de vida.									
10. Diminuir a prevalência de desnutrição em crianças menores de 05 anos.	Número de crianças menores de 05 anos desnutridas.	0			20,00	5,00	Percentual	5,00	100,00
Ação Nº 1 - Aumentar o número de crianças pesadas beneficiária do Programa Leite das Crianças.									
Ação Nº 2 - Aumentar o percentil de acompanhamento das crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família.									
Ação Nº 3 - Implementação das consultas de puericultura para todas as crianças no primeiro ano de vida, pela ESF.									
11. Reduzir o número de óbitos de Mulher em Idade Fértil.	Número de óbitos de Mulheres em Idade Fértil.	0			10,00	2,50	Percentual	2,50	100,00
Ação Nº 1 - Fortalecer e ampliar atividades preventivas a população feminina de risco em idade fértil (Reunião HA, DIA, gestantes, ações de educação em saúde, intensificações coleta citopatológico, realização de exame clínico das mamas).									
12. Investigar 100% dos óbitos de Mulher em Idade Fértil.	Número de óbitos investigados de Mulheres em Idade Fértil.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Capacitar os profissionais da Vigilância em Saúde, dos integrantes do Comitê Municipal de Prevenção de Mortalidade Materna e Infantil e da equipe de ESF para a realização da investigação dos óbitos maternos e infantil.									
Ação Nº 2 - Integração da equipe ESF e Vigilância para o fortalecimento da investigação dos óbitos de mulheres em idade fértil.									

13. Reduzir os óbitos infantil e fetal.	Número de óbitos infantil e fetal.	0			20,00	5,00	Percentual	5,00	100,00
Ação Nº 1 - Sistematizar ações de acompanhamento ao pré natal, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde;									
Ação Nº 2 - Sistematizar o acompanhamento de puerpério e no primeiro ano de vida;									
Ação Nº 3 - Capacitar a equipe de ESF para a realização da estratificação de risco das gestantes.									
14. Investigar 100% dos óbitos infantil e fetal.	Proporção alcançada de óbitos infantis e fetais investigados.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Investigar 100% dos óbitos infantis e fetais;									
Ação Nº 2 - Capacitar ESF e Vigilância para a realização da investigação dos óbitos;									
Ação Nº 3 - Apreciação pelo Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Materna e Infantil.									
Ação Nº 4 - Integração da ESF e Vigilância no Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Materna e Infantil.									
15. Diminuir índice de gravidez na adolescência entre a faixa etária de 10 a 19 anos.	Proporção de gravidez na adolescência entre a faixa etária de 10 a 19 anos.	0			10,00	2,50	Percentual	2,50	100,00
Ação Nº 1 - Programar ações comunitárias voltadas para as adolescentes com foco na gravidez precoce.									
Ação Nº 2 - Intensificar ações voltadas a sexualidade e gravidez na adolescência na Programa Saúde na Escola.									
Ação Nº 3 - Efetivar o desenvolvimento de atividades voltadas ao Planejamento Familiar.									

DIRETRIZ Nº 4 - Fortalecimento da rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de álcool, crack e outras drogas.

OBJETIVO Nº 4.1 - Efetivar o cuidado e acesso a atenção Psicossocial da população geral, de forma articulada com os demais pontos de atenção em saúde e pontos intersetoriais.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Garantir atenção integral a pessoa com transtorno mental na atenção primária.	Ações de atenção a Rede de atenção Psicossocial na atenção primária, implementadas.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Elaboração de programa de acompanhamento farmaco terapêutico aos usuários dos serviços de saúde mental.									
Ação Nº 2 - Qualificação da Rede de atenção Psicossocial na atenção primária.									
Ação Nº 3 - Regularizar acesso para a atenção em Saúde Mental/e ou uso prejudicial de álcool e outras drogas.									
Ação Nº 4 - Realização de oficinas terapêuticas de saúde mental nas Unidades Básicas de Saúde, promovendo o atendimento de grupo.									
Ação Nº 5 - Implementação da Estratificação de risco em Saúde mental.									
Ação Nº 6 - Elaborar protocolo de atendimento as famílias com pessoas portadoras de transtorno mental.									

DIRETRIZ Nº 5 - Assegurar a execução das ações de vigilância em saúde e a integração da equipe de vigilância com as equipes saúde da família na atenção a vigilância, prevenção e controle das doenças transmissíveis, não transmissíveis, imunopreviníveis e emergenciais, e que juntas fortaleçam a promoção de saúde, a vigilância em saúde ambiental, epidemiológica, sanitária e saúde do trabalhador.

OBJETIVO Nº 5.1 - Realizar a prevenção de doenças através de ações integradas com a equipe de vigilância em saúde, procurando atingir 100% da população.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Alcançar 90% das coberturas vacinais do Calendário Básico de Vacinação.	Proporção alcançada das coberturas vacinais do Calendário Básico de Vacinação.	0			90,00	90,00	Percentual	90,00	100,00
Ação Nº 1 - Promoção de ações de educação permanente aos profissionais da ESF e Vigilância.									
Ação Nº 2 - Implantação do SIPNI-online nas salas de vacinação.									
Ação Nº 3 - Intensificar a busca ativa dos usuários com esquema de vacinação incompleto em tempo oportuno.									
Ação Nº 4 - Gerenciar/notificar os Eventos Adversos Pós-Vacinação;									
Ação Nº 5 - Intensificar a orientações a população com relação a sua responsabilidade ao esquema vacinal completo.									

2. Alcançar a cura de 80% de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera.	Proporção de cura dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera.	0			80,00	80,00	Percentual	80,00	100,00
Ação Nº 1 - Promoção de ações de educação permanente aos profissionais sobre o manejo clínico da TB;									
Ação Nº 2 - Desenvolvimento de ações integradas como Tratamento Diretamente Observado (TDO);									
Ação Nº 3 - Promoção de ações de educação em saúde com a temática TB.									
3. Alcançar 100% de exames ANTI-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose.	Proporção alcançada de exames anti-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Fornecimento do teste anti-HIV (sorologia ou teste rápido) a todos os casos novos de tuberculose diagnosticados.									
Ação Nº 2 - Promoção de ações de educação permanente aos profissionais sobre o manejo clínico da TB.									
4. Alcançar em 90% a cura dos casos novos de Hanseníase diagnosticados no ano da coorte.	Proporção alcançada de cura dos casos novos de Hanseníase diagnosticados no ano da coorte.	0			90,00	90,00	Percentual	90,00	100,00
Ação Nº 1 - Promoção de ações de educação permanente aos profissionais sobre o manejo clínico da Hanseníase;									
Ação Nº 2 - Promoção de ações de educação em saúde com a temática Hanseníase.									
5. Alcançar em 100% o acompanhamento de contatos intradomiciliares de casos novos de Hanseníase examinados.	Proporção alcançada do acompanhamento de contatos intradomiciliares de casos novos de Hanseníase.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Promoção de ações de educação permanente aos profissionais sobre o manejo clínico da Hanseníase;									
Ação Nº 2 - Realizar busca ativa dos contatos intra domiciliares;									
Ação Nº 3 - Garantir exames para todos os contatos intra domiciliares de casos novos de hanseníase.									
6. Alcançar 96% de registro de óbitos com causa básica definida.	Proporção alcançada de registro de óbitos com causa básica definida.	0			96,00	96,00	Percentual	96,00	100,00
Ação Nº 1 - Promoção de ações de educação permanente aos profissionais médicos e enfermeiros com relação a importância da investigação de óbito de causa básica mal definida.									
Ação Nº 2 - Realizar investigação de 100% dos óbitos com causa básica mal definida.									
7. Encerrar a investigação de pelo menos 100% dos casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) em até 60 dias após a notificação no SINAN.	Proporção alcançada de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerradas em até 60 dias após a notificação.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Investigar os casos de doenças de notificação compulsória imediata em até 60 dias;									
Ação Nº 2 - Alimentação dos dados da investigação no SINAN para encerramento em tempo oportuno.									
8. Investigar 95% dos óbitos infantis e 95% dos óbitos fetais.	Proporção alcançada de óbitos infantis e fetais investigados.	0			95,00	95,00	Percentual	95,00	100,00
Ação Nº 1 - Investigar 100% dos óbitos infantis e fetais;									
Ação Nº 2 - Capacitar ESF e Vigilância para a realização da investigação dos óbitos;									
Ação Nº 3 - Apreciação pelo Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Materna e Infantil.									
Ação Nº 4 - Integração da ESF e Vigilância no Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Materna e Infantil.									
9. Manter coeficiente reduzido de óbito materno.	Coeficiente de óbito materno.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Acompanhamento humanizado pela Atenção Básica das gestantes no pré-natal e puepério.									
Ação Nº 2 - Estratificação de risco da gestante em cada consulta;									
Ação Nº 3 - Acompanhamento das gestantes que apresentam risco.									
10. Investigar 100% dos óbitos em mulheres em idade fértil – MIF.	Proporção alcançada de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Investigar 100% dos óbitos de mulheres em idade fértil(MIF).									
Ação Nº 2 - Fortalecer o processo de investigação da atenção primária e vigilância, cumprindo em tempo oportuno.									

11. Manter a redução de casos novos de AIDS em menores de 05 anos.	Número de casos novos de AIDS em menores de 05 anos de idade.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Capacitar os profissionais Enfermeiros e Farmacêuticos para a realização de teste rápido;									
Ação Nº 2 - Sensibilização dos profissionais para ampliar a testagem para o HIV e AIDS e o diagnóstico precoce.									
12. Aumentar o número de Unidade de Saúde que notificam violência interpessoal e autoprovocada.	Número de unidades de Saúde que notificam violência interpessoal e autoprovocada.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Sensibilizar os profissionais quanto a importância da notificação de violência interpessoal e autoprovocada.									
Ação Nº 2 - Capacitar os profissionais da ESF para a notificação de violência interpessoal e autoprovocada.									
13. Alcançar 100% das ações de vigilância sanitária executadas, consideradas necessárias ao município.	Proporção alcançada das ações de vigilância sanitária, consideradas necessárias ao município.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Capacitar os profissionais da ESF para a notificação de violência interpessoal e autoprovocada.									
Ação Nº 2 - Realização e monitoramento dos cadastros de estabelecimentos sujeitos a VISA;									
Ação Nº 3 - Inspeção em estabelecimentos sujeitos a VISA;									
Ação Nº 4 - Realizar atividades educativas para a população e para o setor regulador.									
Ação Nº 5 - Emissão de licença sanitária, de acordo com Código Sanitário Estadual.									
Ação Nº 6 - Recebimento e verificação de denúncias.									
14. Ampliar para 120 (número absoluto) o número de analise realizado em amostra de água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	Número de amostras de analise realizadas em amostra de água para consumo humano, quanto aos parâmetro coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	0			120	120	Número	120,00	100,00
Ação Nº 1 - Sensibilização da vigilância quanto a importância do controle da água para consumo humano, quanto aos parâmetro coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.									
Ação Nº 2 - Coleta quinzenal da amostra para análise água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.									
Ação Nº 3 - Encaminhar quinzenal ao LACEN as amostras coletas pela Vigilância									
Ação Nº 4 - Garantir a integralidade da amostra encaminhada para análise.									
Ação Nº 5 - Garantir recurso financeiro para análise água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.									
Ação Nº 6 - Alimentação dos dados no SISÁGUA (Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano).									
15. Elaborar, atualizar e divulgar planos de contingência e protocolo de atuação para o enfrentamento e respostas a emergências em saúde pública, em conjunto com as demais áreas técnicas.	Plano de contingências para agravos inusitados elaborados, atualizados e divulgados.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Articulação das áreas técnicas para a elaboração/atualização dos planos de contingências e protocolos de atuação em surtos, epidemias de agravos;									
Ação Nº 2 - Divulgação dos planos de contingências e protocolos elaborados.									
16. Realizar no mínimo 04 ciclos de visitas domiciliares em 80% dos domicílios por ciclo.	Percentual atingido de visitas domiciliares nos 04 ciclos de domicílios por ciclo.	0			80,00	80,00	Percentual	80,00	100,00
Ação Nº 1 - Monitoramento das ações por levantamento de índice de infestação por Aedes aegypti.									
Ação Nº 2 - Intensificação das integrações dos agentes comunitários de endemias com os agentes comunitários de saúde;									
Ação Nº 3 - Capacitação da equipe para controle vetorial.									
Ação Nº 4 - Ampliar as ações de mobilização social no combate ao mosquito Aedes aegypti.									
Ação Nº 5 - Garantir a equipe de Agentes Comunitários de Endemias para a realização das visitas.									
17. Aumentar o número de notificações de doenças ou agravos relacionados ao trabalho.	Número de notificações de doenças ou agravos relacionados ao trabalho.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00

Ação Nº 1 - Sensibilização dos profissionais das unidades notificadoras (UBS, Hospital Municipal e Clínicas Particulares) quando a importância da notificação.									
18. Atingir no mínimo 80% das ações pactuadas no Programa VIGIASUS.	Proporção de ações realizadas pelo município pactuadas no Programa VIGIASUS – Elenco I.	0			80,00	80,00	Percentual	80,00	100,00
Ação Nº 1 - Desenvolver as ações pactuadas, pelo Programa VIGIASUS – Elenco I.									
Ação Nº 2 - Capacitar a equipe quanto as ações pactuadas.									
Ação Nº 3 - Monitorar semestralmente as ações pactuadas no programa em conjunto com o Estado.									
19. Instituir equipe mínima para desenvolver as ações de vigilância em saúde.	Equipe mínima instituída.	0			1	1	Número	1,00	100,00
Ação Nº 1 - Equipe composta por 01 profissional com nível superior e especialista em vigilância em saúde;									
Ação Nº 2 - Equipe de vigilância sanitária composta por no mínimo autoridades sanitária (nível médio ou superior);									
Ação Nº 3 - Equipe de vigilância epidemiológica com por no mínimo um profissional de nível médio ou superior.									
Ação Nº 4 - Equipe de combate as endemias (ACE) com quadro mínimo para atingir as áreas de maior vulnerabilidade.									
20. Realizar ações relacionadas a Vigilância em Saúde do Trabalhador.	Proporções de ações realizadas à Vigilância em Saúde do Trabalhador.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Acompanhar o diagnóstico da situação da saúde do trabalhador.									
Ação Nº 2 - Notificar os 11 agravos relacionados a saúde do trabalhador no SINAN e preencher o campo ocupação.									
Ação Nº 3 - Investigar todas as ocorrências de acidentes de trabalho graves e fatais;									
Ação Nº 4 - Acionar a rede de combate e erradicação do trabalho infantil e de proteção do trabalhador adolescentes para garantir o afastamento de toda criança menor de quatorze anos da situação de trabalho (ilegal) e de todo adolescente que trabalhe em situação de trabalho infantil perigoso.									
Ação Nº 5 - Propiciar ações necessárias para a capacitação da equipe em saúde do trabalhador.									
Ação Nº 6 - Realizar vigilância dos ambientes e processo de trabalho em estabelecimentos assumidos pela vigilância sanitária municipal.									
Ação Nº 7 - Desenvolver ações de saúde do trabalhador em atividades estratégias: da construção civil e atividades rurais.									
Ação Nº 8 - Realizar vigilância dos ambientes e processo de trabalho nos diferentes setores dos serviços públicos municipal.									
DIRETRIZ Nº 6 - Garantia da atenção à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, com estímulo ao envelhecimento ativo e fortalecimento das ações de promoção e prevenção.									
OBJETIVO Nº 6.1 - Estruturar a atenção integral e integrada à saúde da pessoa idosa, com melhoria das condições de saúde, mediante qualificação da gestão e das redes de atenção.									

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Reduzir a taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos), pelo conjunto das 04 principais doenças DCNT (Doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	0			20,00	5,00	Percentual	5,00	100,00
Ação Nº 1 - Promover a qualificação dos vários pontos de atenção com o foco no modelo de cuidado às doenças crônicas.									
Ação Nº 2 - Capacitar profissionais de saúde para desenvolvimento do processo de qualificação da gestão e das redes de atenção integral à saúde do idoso.									
2. Reduzir as internações por condições sensíveis a APS, na faixa etária acima de 60 anos.	Proporção de internações por condições sensíveis a APS, na faixa etária acima de 60 anos.	0			20,00	5,00	Percentual	5,00	100,00
Ação Nº 1 - Manter atividades educativas e recreativas em datas comemorativas direcionadas à saúde do idoso e portadores de doenças crônicas.									
Ação Nº 2 - Garantir acesso as medicações para tratamento de doenças crônicas conforme proposto na REMUME.									
Ação Nº 3 - Desenvolvimento de estratégias para prevenção das doenças e condições prevalentes na população idosa.									
Ação Nº 4 - Estímulo a implantação da atenção domiciliar para atendimento da população idosa.									
Ação Nº 5 - Desenvolvimento de estratégias de educação em saúde dirigidas à comunidade.									
Ação Nº 6 - Estímulo à vacinação de idosos conforme recomendações específicas para a faixa etária.									
Ação Nº 7 - Promoção da articulação intersetorial, visando oferecer segurança à população idosa e oportunidade de participação social.									
3. Ampliar a implantação e implementação da estratificação de risco para fragilidade de idosos.	Proporção da implantação da estratificação de risco para fragilidade de idosos.	0			30,00	10,00	Percentual	10,00	100,00
Ação Nº 1 - Sensibilização das equipes de ESF quanto a adesão à estratégia de estratificação de risco para a fragilidade do idoso.									
Ação Nº 2 - Monitorar o processo de estratificação no município.									

DIRETRIZ Nº 7 - Fortalecer a Gestão do Trabalho e da Educação Permanente dos profissionais de saúde, para contribuição da adequada for qualificação, valorização e democratização das ações desenvolvidas pelos profissionais de saúde.

OBJETIVO Nº 7.1 - Desenvolver e coordenar a política de educação permanente no município, aos profissionais de saúde.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unid de med Meta
1. Aumentar as ações de educação em saúde realizadas aos profissionais de saúde.	Proporção de ações de educação em realizadas aos profissionais de saúde.	0			100,00	100,00	Perc
Ação Nº 1 - Desenvolver Projeto de Educação Permanente, aperfeiçoamento e formação aos profissionais de saúde.							
Ação Nº 2 - Implantação de estratégias para a realização de Educação Permanente entre os profissionais de saúde.							
Ação Nº 3 - Propiciar condições para o desenvolvimento das Educações Permanentes.							
2. Aumentar o número de participações dos profissionais nos curso/capacitações/eventos/oficinas/congresso proporcionados pela Secretaria de Saúde do Estado ou outras instâncias.	Número de participações dos profissionais nos curso/capacitações/eventos/oficinas/congresso proporcionados pela Secretaria de Saúde do Estado ou outras instâncias.	0			100,00	100,00	Perc
Ação Nº 1 - Propiciar condições para a participação dos profissionais nos curso/capacitações/eventos/oficinas/congresso proporcionados pela Secretaria de instâncias.							
Ação Nº 2 - Garantia de transporte para deslocamento do profissional.							

DIRETRIZ Nº 8 - Implementação de novo modelo de gestão e instrumento de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

OBJETIVO Nº 8.1 - Fortalecer o vínculo da sociedade civil, conselheiros de saúde, lideranças de movimentos sociais e educadores populares com o SUS.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2022	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Implementar ações desenvolvidas pelo ouvidoria.	Número de ações desenvolvidas pela ouvidoria.	0			20	5	Número	5,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizar divulgação da Ouvidoria, em pontos estratégicos, aos usuários do SUS.									
Ação Nº 2 - Monitoramento e avaliação das atividades da ouvidoria.									
Ação Nº 3 - Apreciação do Relatório Gerencial da Ouvidoria, quadrimestralmente, apontando questões relevantes.									
Ação Nº 4 - Implantação de uma cultura voltada para a Ouvidoria como instrumento de gestão, articulação às instâncias de controle social e adequação dos sistemas de informações.									
Ação Nº 5 - Monitorar as demandas recebidas pelo sistema de ouvidoria, de modo a consolidá-las e transformá-la em indicadores quantitativos aplicados à discussão da gestão dos pontos de atenção à saúde e disponíveis ao público em geral.									
2. Propiciar a participação do ouvidor nas capacitações desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Saúde.	Participação do ouvidor nas capacitações desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Saúde.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Propiciar condições para o ouvidor participar das capacitações desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Saúde.									
3. Realizar Conferência Municipal de Saúde.	Realização da Conferência Municipal de Saúde.	0			1	Não programada	Número		
4. Realizar, fiscalizar e avaliar o PPA, LDO, LAO, PAS, Relatório quadrimestral de Gestão, RAG.	Percentual de cumprimento de cada instrumento de gestão;	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Análise de discussões dos instrumentos de gestão, orçamentária e de gestão do SUS.									
5. Realizar as Audiências Públicas a cada quadrimestre.	Número deaudiências públicas realizada em cada quadrimestre	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Desenvolver plano de ações para realizar as Audiências Públicas à cada quadrimestre.									
6. Elaboração do Plano Municipal de Saúde.	Realização do Plano Municipal de Saúde.	0			1	Não programada	Número		
7. Manter ativo e participativo o Conselho Municipal de Saúde.	Conselho Municipal de Saúde ativo.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Manter ativo e participativo o Conselho Municipal de Saúde.									
Ação Nº 2 - Atualizar a legislação do Conselho Municipal de Saúde.									
Ação Nº 3 - Realizar parcerias com o Conselho Municipal de Saúde e outras entidades organizadas da sociedade civil fóruns sobre o papel do controle da social na saúde.									
Ação Nº 4 - Manter o Conselho Municipal de Saúde qualificado, através da ampliação da participação da sociedade civil organizada.									
Ação Nº 5 - Promover melhorias de equipamentos do Conselho Municipal de Saúde.									
8. Manter o Conselho Municipal de Saúde cadastrado no Sistema de acompanhamento dos conselhos (SIACS)	Conselho Municipal de Saúde cadastrado no Sistema de acompanhamento dos conselhos (SIACS).	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Manter o Conselho Municipal de Saúde cadastrado no Sistema de acompanhamento dos conselhos (SIACS).									
9. Implantar sistema de auditoria interna na atenção primária.	Sistema de auditoria implantado	0			1	Não programada	Número		

Demonstrativo da vinculação das metas anualizadas com a Subfunção			
Subfunções	**Descrição das Metas por Subfunção**	**Meta programada para o exercício**	**Resultados**
0 - Informações Complementares	1	100,00	100,00

122 - Administração Geral	1	100,00	100,00
	Implementar ações desenvolvidas pelo ouvidoria.	5	5
	Aumentar as ações de educação em saúde realizadas aos profissionais de saúde.	100,00	100,00
	Reduzir a taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos), pelo conjunto das 04 principais doenças DCNT (Doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	5,00	5,00
	Alcançar 90% das coberturas vacinais do Calendário Básico de Vacinação.	90,00	90,00
	Garantir atenção integral a pessoa com transtorno mental na atenção primária.	100,00	100,00
	Manter a qualidade e o funcionamento de todos os equipamentos da sala de emergência.	100,00	100,00
	Aquisição de equipamentos para estruturação da sala de urgência e emergência.	100	100
	Propiciar a participação do ouvidor nas capacitações desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Saúde.	100,00	100,00
	Aumentar o número de participações dos profissionais nos curso/capacitações/eventos/oficinas/congresso proporcionados pela Secretaria de Saúde do Estado ou outras instâncias.	100,00	100,00
	Reduzir as internações por condições sensíveis a APS, na faixa etária acima de 60 anos.	5,00	5,00
	Alcançar a cura de 80% de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera.	80,00	80,00
	Aumentar a razão de exames de mamografia de rastreamento em mulheres de 50 a 69 anos e da mesma faixa etária a cada 02 anos.	5,00	5,00
	Reduzir o percentual das internações por causas sensíveis da atenção primária.	1,00	1,00
	Ampliar a implantação e implementação da estratificação de risco para fragilidade de idosos.	10,00	10,00
	Alcançar 100% de exames ANTI-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose.	100,00	100,00
	Ampliar o percentual de partos normais.	2,50	2,50
	Reduzir taxa de mortalidade por causas externas, exceto violências.	5,00	5,00
	Aumentar o percentual em 90% de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família na Saúde.	25,00	25,00
	Realizar, fiscalizar e avaliar o PPA, LDO, LAO, PAS, Relatório quadrimestral de Gestão, RAG.	100,00	100,00
	Alcançar em 90% a cura dos casos novos de Hanseníase diagnosticados no ano da coorte.	90,00	90,00
	Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo 07 consultas.	63,00	63,00
	Ampliar o acompanhamento nutricional das crianças beneficiarias do Programa Leite das Crianças.	70,00	70,00
	Realizar as Audiências Públicas a cada quadrimestre.	100,00	100,00
	Alcançar em 100% o acompanhamento de contatos intradomiciliares de casos novos de Hanseníase examinados.	100,00	100,00
	Garantir teste rápido de sífilis e HIV para todas as gestantes atendidas pelo SUS.	100,00	100,00
	Realizar iniciativas voltadas a promoção da saúde para usuários e profissionais de saúde.	1	1
	Alcançar 96% de registro de óbitos com causa básica definida.	96,00	96,00
	Realizar 03 testes de sífilis nas gestantes.	3	3
	Manter em 65% a cobertura populacional estimada pelas equipes Básicas de Saúde Bucal.	65,00	65,00
	Manter ativo e participativo o Conselho Municipal de Saúde.	100,00	100,00
	Encerrar a investigação de pelo menos 100% dos casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) em até 60 dias após a notificação no SINAN.	100,00	100,00
	Manter redução do coeficiente dos óbitos maternos.	100,00	100,00
	Estratificar as crianças de até 3 anos de idade em Saúde Bucal.	100,00	100,00
	Manter o Conselho Municipal de Saúde cadastrado no Sistema de acompanhamento dos conselhos (SIACS)	100,00	100,00
	Investigar 95% dos óbitos infantis e 95% dos óbitos fetais.	95,00	95,00
	Investigar 100% dos óbitos maternos.	100,00	100,00
	Ampliar o atendimento odontológico da AP implementando os atendimentos das especialidades odontológicas na unidade central.	1	1
	Manter coeficiente reduzido de óbito materno.	100,00	100,00
	Implantar as consultas de puericultura para todas as crianças no primeiro ano de vida, Atendidas nas UBS.	100,00	100,00
	Implementação de um laboratório de próteses.	1	1
	Investigar 100% dos óbitos em mulheres em idade fértil – MIF.	100,00	100,00

	Diminuir a prevalência de desnutrição em crianças menores de 05 anos.	5,00	5,00
	Reduzir o número de óbitos de Mulher em Idade Fértil.	2,50	2,50
	Manter a redução de casos novos de AIDS em menores de 05 anos.	100,00	100,00
	Aumentar a cobertura da ação coletiva de escovação dental supervisionada.	1	1
	Aumentar o número de Unidade de Saúde que notificam violência interpessoal e autoprovocada.	100,00	100,00
	Investigar 100% dos óbitos de Mulher em Idade Fértil.	100,00	100,00
	Ampliação do horário de atendimento nas Unidades Básicas de Saúde.	1	1
	Alcançar 100% das ações de vigilância sanitária executadas, consideradas necessárias ao município.	100,00	100,00
	Reduzir os óbitos infantil e fetal.	5,00	5,00
	Aquisição de veículo para qualificação do transporte sanitário e equipe.	1	1
	Ampliar para 120 (número absoluto) o número de analise realizado em amostra de água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	120	120
	Investigar 100% dos óbitos infantil e fetal.	100,00	100,00
	Estruturar o serviço de Fisioterapia.	1	1
	Diminuir índice de gravidez na adolescência entre a faixa etária de 10 a 19 anos.	2,50	2,50
	Elaborar, atualizar e divulgar planos de contingência e protocolo de atuação para o enfrentamento e respostas a emergências em saúde pública, em conjunto com as demais áreas técnicas.	100,00	100,00
	Realizar no mínimo 04 ciclos de visitas domiciliares em 80% dos domicílios por ciclo.	80,00	80,00
	Aumentar o número de notificações de doenças ou agravos relacionados ao trabalho.	100,00	100,00
	Atingir no mínimo 80% das ações pactuadas no Programa VIGIASUS.	80,00	80,00
	Realizar ações relacionadas a Vigilância em Saúde do Trabalhador.	100,00	100,00
301 - Atenção Básica	1	100,00	100,00
	Implementar ações desenvolvidas pelo ouvidoria.	5	5
	Aumentar as ações de educação em saúde realizadas aos profissionais de saúde.	100,00	100,00
	Reduzir a taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos), pelo conjunto das 04 principais doenças DCNT (Doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	5,00	5,00
	Alcançar 90% das coberturas vacinais do Calendário Básico de Vacinação.	90,00	90,00
	Garantir atenção integral a pessoa com transtorno mental na atenção primária.	100,00	100,00
	Atingir a razão de exames citopatológicos de colo de útero em 0,63 ao ano em mulheres de 25 a 64 anos, com 1 exame de citopatológico a cada 03 anos.	0,63	0,63
	Aumentar a razão de exames de mamografia de rastreamento em mulheres de 50 a 69 anos e da mesma faixa etária a cada 02 anos.	5,00	5,00
	Propiciar a participação do ouvidor nas capacitações desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Saúde.	100,00	100,00
	Alcançar a cura de 80% de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera.	80,00	80,00
	Reduzir o percentual das internações por causas sensíveis da atenção primária.	1,00	1,00
	Alcançar 100% de exames ANTI-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose.	100,00	100,00
	Ampliar o percentual de partos normais.	2,50	2,50
	Aumentar o percentual em 90% de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família na Saúde.	25,00	25,00
	Realizar, fiscalizar e avaliar o PPA, LDO, LAO, PAS, Relatório quadrimestral de Gestão, RAG.	100,00	100,00
	Alcançar em 90% a cura dos casos novos de Hanseníase diagnosticados no ano da coorte.	90,00	90,00
	Aumentar a proporção de nascidos vivos de mães com no mínimo 07 consultas.	63,00	63,00
	Ampliar o acompanhamento nutricional das crianças beneficiarias do Programa Leite das Crianças.	70,00	70,00
	Realizar as Audiências Públicas a cada quadrimestre.	100,00	100,00
	Alcançar em 100% o acompanhamento de contatos intradomiciliares de casos novos de Hanseníase examinados.	100,00	100,00
	Garantir teste rápido de sífilis e HIV para todas as gestantes atendidas pelo SUS.	100,00	100,00
	Realizar iniciativas voltadas a promoção da saúde para usuários e profissionais de saúde.	1	1
	Alcançar 96% de registro de óbitos com causa básica definida.	96,00	96,00

	Realizar 03 testes de sífilis nas gestantes.	3	3
	Manter em 65% a cobertura populacional estimada pelas equipes Básicas de Saúde Bucal.	65,00	65,00
	Manter ativo e participativo o Conselho Municipal de Saúde.	100,00	100,00
	Manter redução do coeficiente dos óbitos maternos.	100,00	100,00
	Estratificar as crianças de até 3 anos de idade em Saúde Bucal.	100,00	100,00
	Investigar 95% dos óbitos infantis e 95% dos óbitos fetais.	95,00	95,00
	Investigar 100% dos óbitos maternos.	100,00	100,00
	Ampliar o atendimento odontológico da AP implementando os atendimentos das especialidades odontológicas na unidade central.	1	1
	Manter coeficiente reduzido de óbito materno.	100,00	100,00
	Implantar as consultas de puericultura para todas as crianças no primeiro ano de vida, Atendidas nas UBS.	100,00	100,00
	Diminuir a prevalência de desnutrição em crianças menores de 05 anos.	5,00	5,00
	Reduzir em até 10% o percentual de exodontia em relação aos procedimentos restauradores.	3,50	3,50
	Manter a redução de casos novos de AIDS em menores de 05 anos.	100,00	100,00
	Reduzir o número de óbitos de Mulher em Idade Fértil.	2,50	2,50
	Aumentar a cobertura da ação coletiva de escovação dental supervisionada.	1	1
	Aumentar o número de Unidade de Saúde que notificam violência interpessoal e autoprovocada.	100,00	100,00
	Investigar 100% dos óbitos de Mulher em Idade Fértil.	100,00	100,00
	Ampliação do horário de atendimento nas Unidades Básicas de Saúde.	1	1
	Alcançar 100% das ações de vigilância sanitária executadas, consideradas necessárias ao município.	100,00	100,00
	Reduzir os óbitos infantil e fetal.	5,00	5,00
	Aquisição de veículo para qualificação do transporte sanitário e equipe.	1	1
	Ampliar para 120 (número absoluto) o número de analise realizado em amostra de água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	120	120
	Investigar 100% dos óbitos infantil e fetal.	100,00	100,00
	Diminuir índice de gravidez na adolescência entre a faixa etária de 10 a 19 anos.	2,50	2,50
	Elaborar, atualizar e divulgar planos de contingência e protocolo de atuação para o enfrentamento e respostas a emergências em saúde pública, em conjunto com as demais áreas técnicas.	100,00	100,00
	Realizar no mínimo 04 ciclos de visitas domiciliares em 80% dos domicílios por ciclo.	80,00	80,00
	Aumentar o número de notificações de doenças ou agravos relacionados ao trabalho.	100,00	100,00
	Realizar ações relacionadas a Vigilância em Saúde do Trabalhador.	100,00	100,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1	100,00	100,00
	Ampliar o atendimento odontológico da AP implementando os atendimentos das especialidades odontológicas na unidade central.	1	1
	Aquisição de veículo para qualificação do transporte sanitário e equipe.	1	1
	Aumentar o número de notificações de doenças ou agravos relacionados ao trabalho.	100,00	100,00
	Realizar ações relacionadas a Vigilância em Saúde do Trabalhador.	100,00	100,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	1	0,63	0,63
	Garantir atenção integral a pessoa com transtorno mental na atenção primária.	100,00	100,00
	Reduzir as internações por condições sensíveis a APS, na faixa etária acima de 60 anos.	5,00	5,00
	Alcançar em 100% o acompanhamento de contatos intradomiciliares de casos novos de Hanseníase examinados.	100,00	100,00
	Diminuir a prevalência de desnutrição em crianças menores de 05 anos.	5,00	5,00
	Aumentar o número de Unidade de Saúde que notificam violência interpessoal e autoprovocada.	100,00	100,00
	Alcançar 100% das ações de vigilância sanitária executadas, consideradas necessárias ao município.	100,00	100,00
	Realizar ações relacionadas a Vigilância em Saúde do Trabalhador.	100,00	100,00
304 - Vigilância Sanitária	1	100,00	100,00
	Investigar 95% dos óbitos infantis e 95% dos óbitos fetais.	95,00	95,00

	Investigar 100% dos óbitos em mulheres em idade fértil – MIF.	100,00	100,00
	Investigar 100% dos óbitos de Mulher em Idade Fértil.	100,00	100,00
	Investigar 100% dos óbitos infantil e fetal.	100,00	100,00
	Ampliar para 120 (número absoluto) o número de analise realizado em amostra de água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	120	120
	Realizar no mínimo 04 ciclos de visitas domiciliares em 80% dos domicílios por ciclo.	80,00	80,00
	Instituir equipe mínima para desenvolver as ações de vigilância em saúde.	1	1
	Realizar ações relacionadas a Vigilância em Saúde do Trabalhador.	100,00	100,00
305 - Vigilância Epidemiológica	1	100,00	100,00
	Alcançar 90% das coberturas vacinais do Calendário Básico de Vacinação.	90,00	90,00
	Reduzir as internações por condições sensíveis a APS, na faixa etária acima de 60 anos.	5,00	5,00
	Alcançar 100% de exames ANTI-HIV realizados entre os casos novos de tuberculose.	100,00	100,00
	Alcançar em 90% a cura dos casos novos de Hanseníase diagnosticados no ano da coorte.	90,00	90,00
	Alcançar em 100% o acompanhamento de contatos intradomiciliares de casos novos de Hanseníase examinados.	100,00	100,00
	Alcançar 96% de registro de óbitos com causa básica definida.	96,00	96,00
	Investigar 95% dos óbitos infantis e 95% dos óbitos fetais.	95,00	95,00
	Investigar 100% dos óbitos em mulheres em idade fértil – MIF.	100,00	100,00
	Manter a redução de casos novos de AIDS em menores de 05 anos.	100,00	100,00
	Investigar 100% dos óbitos de Mulher em Idade Fértil.	100,00	100,00
	Investigar 100% dos óbitos infantil e fetal.	100,00	100,00
	Ampliar para 120 (número absoluto) o número de analise realizado em amostra de água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	120	120
	Realizar no mínimo 04 ciclos de visitas domiciliares em 80% dos domicílios por ciclo.	80,00	80,00
	Instituir equipe mínima para desenvolver as ações de vigilância em saúde.	1	1
	Realizar ações relacionadas a Vigilância em Saúde do Trabalhador.	100,00	100,00
306 - Alimentação e Nutrição	1	5,00	5,00

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Categoria Econômica e Fonte de Recursos										
Subfunções	**Categoria Econômica**	**Recursos ordinários - Fonte Livre (R$)**	**Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R$)**	**Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R$)**	**Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R$)**	**Transferências de convênios destinados à Saúde (R$)**	**Operações de Crédito vinculadas à Saúde (R$)**	**Royalties do petróleo destinados à Saúde (R$)**	**Outros recursos destinados à Saúde (R$)**	**Total(R$)**
0 - Informações Complementares	Corrente	N/A	1.051.260,69	560.352,63	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	1.611.613,32
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
122 - Administração Geral	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
301 - Atenção Básica	Corrente	N/A	N/A	395.450,22	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	395.450,22
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	N/A	3.262.251,12	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	3.262.251,12
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	N/A	N/A	59.051,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	59.051,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	N/A	N/A	69.190,39	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	69.190,39
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 27/03/2023.

- Análises e Considerações sobre Programação Anual de Saúde - PAS

A Programação Anual de Saúde (PAS) constitui importante peça de gestão que operacionaliza as intenções expressas no Plano Municipal de Saúde (PMS), tendo por objetivo anualizar as metas do Plano e prever a alocação dos recursos orçamentários a serem executados.

Assim, cabe destacar a necessidade de monitoramento, avaliação e integração da gestão do SUS, em que pese o planejamento ascendente e integrado que foi orientado pelos problemas e necessidades de saúde locais.

Diante disso, vimos através do Relatório Anual de Gestão (RAG) apresentar os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde (PAS), conforme o conjunto de metas, ações e indicadores, que conforme conjunto de dados demonstrados acima, pode-se observar que o município atingiu em sua maioria as metas ora pactuadas.

9. Execução Orçamentária e Financeira

9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção

Subfunções		Recursos Ordinários - Fonte Livre	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Transferências de Convênios destinadas à Saúde	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	Royalties do Petróleo destinados à Saúde	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL
301 - Atenção Básica	Corrente	0,00	0,00	642.840,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	642.840,78
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	0,00	1.773.270,60	1.576.549,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.349.820,34
	Capital	0,00	302.530,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	302.530,70
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	0,00	0,00	46.896,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.896,82
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	0,00	0,00	56.086,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.086,83
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	Corrente	0,00	1.068.561,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.068.561,50
	Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	3.144.362,80	2.322.374,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.466.736,97

(*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 21/03/2023.

9.2. Indicadores financeiros

Indicadores do Ente Federado		
Indicador		Transmissão Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	2,89 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	89,86 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	9,11 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	99,60 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	12,69 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	58,84 %
2.1	Despesa total com Saúde, em R$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R$ 1.163,14
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	45,34 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	0,08 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	6,80 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	5,53 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,00 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	45,68 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	17,49 %

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 21/03/2023.

9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	870.480,67	870.480,67	883.384,29	101,48
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.367,43	3.367,43	3.169,35	94,12
IPTU	3.367,43	3.367,43	3.169,35	94,12
Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	84.185,76	84.185,76	71.535,57	84,97
ITBI	84.185,76	84.185,76	71.535,57	84,97
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	252.557,26	252.557,26	345.160,56	136,67
ISS	252.557,26	252.557,26	345.160,56	136,67
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	530.370,22	530.370,22	463.518,81	87,40
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	20.605.587,54	20.605.587,54	17.076.711,15	82,87
Cota-Parte FPM	15.939.000,00	15.939.000,00	13.189.603,81	82,75
Cota-Parte ITR	20.204,58	20.204,58	12.505,26	61,89
Cota-Parte do IPVA	168.371,50	168.371,50	205.287,20	121,93
Cota-Parte do ICMS	4.427.500,00	4.427.500,00	3.648.010,54	82,39
Cota-Parte do IPI - Exportação	25.255,73	25.255,73	21.304,34	84,35
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	25.255,73	25.255,73	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	25.255,73	25.255,73	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	21.476.068,21	21.476.068,21	17.960.095,44	83,63

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	446.545,00	182.045,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	86.020,00	86.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	360.525,00	96.025,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	3.052.843,92	3.343.343,92	2.075.801,30	62,09	2.075.801,30	62,09	2.062.861,30	61,70	0,00
Despesas Correntes	2.837.793,92	2.857.293,92	1.773.270,60	62,06	1.773.270,60	62,06	1.773.270,60	62,06	0,00
Despesas de Capital	215.050,00	486.050,00	302.530,70	62,24	302.530,70	62,24	289.590,70	59,58	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	1.227.371,31	1.573.371,31	1.068.561,50	67,92	1.066.881,50	67,81	1.058.673,48	67,29	1.680,00
Despesas Correntes	1.037.621,31	1.563.621,31	1.068.561,50	68,34	1.066.881,50	68,23	1.058.673,48	67,71	1.680,00
Despesas de Capital	189.750,00	9.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	4.726.760,23	5.098.760,23	3.144.362,80	61,67	3.142.682,80	61,64	3.121.534,78	61,22	1.680,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	3.144.362,80	3.142.682,80	3.121.534,78
(-) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	1.680,00	N/A	N/A
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	3.142.682,80	3.142.682,80	3.121.534,78
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			2.694.014,31
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			N/A
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	448.668,49	448.668,49	427.520,47
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	17,49	17,49	17,38

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2022	2.694.014,31	3.142.682,80	448.668,49	22.828,02	1.680,00	0,00	0,00	22.828,02	0,00	450.348,49
Empenhos de 2021	2.106.706,68	2.611.076,61	504.369,93	0,00	318.278,58	0,00	0,00	0,00	0,00	822.648,51
Empenhos de 2020	1.611.838,66	1.711.384,26	99.545,60	0,00	30.464,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.009,60
Empenhos de 2019	1.603.928,75	2.354.568,93	750.640,18	0,00	1.558.942,88	0,00	0,00	0,00	0,00	2.309.583,06
Empenhos de 2018	1.465.949,09	2.111.542,05	645.592,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	645.592,96
Empenhos de 2017	1.373.247,50	1.946.776,72	573.529,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	573.529,22
Empenhos de 2016	1.480.845,49	1.494.626,32	13.780,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.780,83
Empenhos de 2015	1.249.404,68	1.853.659,42	604.254,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	604.254,74
Empenhos de 2014	1.162.624,60	1.187.406,82	24.782,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.782,22
Empenhos de 2013	1.056.871,55	1.535.981,14	479.109,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	479.109,59

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "r")	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a ser compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2021 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a ser compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXIX)	6.910.298,62	6.910.298,62	2.497.263,97	36,14
Provenientes da União	6.353.698,62	6.353.698,62	2.487.165,53	39,15
Provenientes dos Estados	556.600,00	556.600,00	10.098,44	1,81
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXIX + XXX + XXXI)	6.910.298,62	6.910.298,62	2.497.263,97	36,14

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	2.383.098,03	1.254.098,03	642.840,78	51,26	642.840,78	51,26	642.840,78	51,26	0,00
Despesas Correntes	1.814.512,16	1.139.512,16	642.840,78	56,41	642.840,78	56,41	642.840,78	56,41	0,00
Despesas de Capital	568.585,87	114.585,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	1.960.750,00	4.488.750,00	1.576.549,74	35,12	1.407.162,81	31,35	1.283.674,62	28,60	169.386,93
Despesas Correntes	1.960.750,00	4.488.750,00	1.576.549,74	35,12	1.407.162,81	31,35	1.283.674,62	28,60	169.386,93
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	234.663,41	86.663,41	46.896,82	54,11	46.896,82	54,11	46.896,82	54,11	0,00
Despesas Correntes	226.244,83	78.244,83	46.896,82	59,94	46.896,82	59,94	46.896,82	59,94	0,00
Despesas de Capital	8.418,58	8.418,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	92.604,36	92.604,36	56.086,83	60,57	56.086,83	60,57	56.086,83	60,57	0,00
Despesas Correntes	75.767,21	75.767,21	56.086,83	74,03	56.086,83	74,03	56.086,83	74,03	0,00
Despesas de Capital	16.837,15	16.837,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	556.600,00	138.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	139.150,00	59.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	417.450,00	79.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII+ XXXIX)	5.227.715,80	6.060.715,80	2.322.374,17	38,32	2.152.987,24	35,52	2.029.499,05	33,49	169.386,93

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA(XLI) = (IV + XXXIII)	2.829.643,03	1.436.143,03	642.840,78	44,76	642.840,78	44,76	642.840,78	44,76	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (V + XXXIV)	5.013.593,92	7.832.093,92	3.652.351,04	46,63	3.482.964,11	44,47	3.346.535,92	42,73	169.386,93
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VI + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VII + XXXVI)	234.663,41	86.663,41	46.896,82	54,11	46.896,82	54,11	46.896,82	54,11	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (VIII + XXXVII)	92.604,36	92.604,36	56.086,83	60,57	56.086,83	60,57	56.086,83	60,57	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (IX + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (X + XXXIX)	1.783.971,31	1.711.971,31	1.068.561,50	62,42	1.066.881,50	62,32	1.058.673,48	61,84	1.680,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XI + XL)	9.954.476,03	11.159.476,03	5.466.736,97	48,99	5.295.670,04	47,45	5.151.033,83	46,16	171.066,93
(-) Despesas da Fonte: Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	5.227.715,80	6.060.715,80	2.322.374,17	38,32	2.152.987,24	35,52	2.029.499,05	33,49	169.386,93
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)	4.726.760,23	5.098.760,23	3.144.362,80	61,67	3.142.682,80	61,64	3.121.534,78	61,22	1.680,00

FONTE: SIOPS, Maranhão13/03/23 17:59:04
1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).
3 - Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

9.4. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2022 (Fonte: FNS)	Valor Executado
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	10128502120YD - EDUCACAO E FORMACAO EM SAUDE	R$ 1.047,69	1047,69
	103015019219A - PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R$ 1.186.817,37	1186817,37
	10301501921CE - IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE ATENCAO ESPECIALIZADA A SAUDE	R$ 1.246,50	1246,50
	1030150192E89 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL	R$ 599.055,00	599055,00
	1030250182E90 - INCREMENTO TEMPORÁRIO AO CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA CUMPRIMENTO DAS METAS - NACIONAL	R$ 400.000,00	400000,00
	1030250188585 - ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	R$ 136.076,92	136076,92
	10303501720AE - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	R$ 32.212,80	32212,80
	10303501720AH - ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS	R$ 24.000,00	24000,00
	10304502320AB - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R$ 12.000,00	12000,00

	10305502320AL - INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R$ 32.923,40	32923,40

Fonte: Fundo Nacional de Saúde (FNS)

1 – Os valores pagos em outro exercício fiscal mesmo tendo sua memória de cálculo e ano anterior, não estarão sendo computados para aquela prestação de contas.
2 – Para efeitos de despesa executada deve ser considerada a despesa empenhada no exercício fiscal.

9.5. Covid-19 Repasse União

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos da união para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)			
Descrição do recurso	**SALDO DO RECURSO DO EXERCICIO ANTERIOR (31/12/2021)**	**RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE**	**SALDO TOTAL**
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS conf. Portarias específicas nos blocos de manutenção e estruturação para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	0,00	0,00	0,00
Recursos advindos da transferência da União repassados pelo FNS nos blocos de manutenção e estruturação não específicas para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)	0,00	139.044,00	139.044,00
Recursos advindos de transposição de saldos financeiros de exercícios anteriores provenientes de repasses federais do FNS aos fundos de saúde dos estados, DF e municípios conf. LC 172/2020.	0,00	0,00	0,00
Recursos advindos da União, na forma de auxílio financeiro, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2020, e em ações de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Conforme LC 173/2020	0,00	0,00	0,00
Recursos advindos da União, na forma de prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). MP 938/2020	0,00	0,00	0,00
Outros recursos advindos de transferências da União	0,00	0,00	0,00
Total de recursos advindos de transferência da união para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - CORONAVIRUS (COVID-19)	**0,00**	**139.044,00**	**139.044,00**

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)			
Descrição das Subfunções/Despesas	**Despesas Empenhadas**	**Despesas Liquidadas**	**Despesas Pagas**
Administração Geral	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	139.044,00	139.044,00	139.044,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	**139.044,00**	**139.044,00**	**139.044,00**

Descrição das Subfunções/Despesas	**Inscrição em 2022 - RPs processados (a)**	**Inscrição em 2022 - RPs não processados (b)**	**Inscrição em 2022 - Saldo total (c) = a+b**	**Inscrição em 2021 - RPs processados (a)**	**Inscrição em 2021 - RPs não processados (b)**	**Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b**	**Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Pago (d)**	**Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Cancelado (e)**	**Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Liquidado* (f)**	**Exec insc 202 proc - P**
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	

Gerado em 21/03/2023
15:16:23
Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

9.6. Covid-19 Recursos Próprios

Quadro demonstrativo da aplicação de recursos próprios no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)			
Descrição do recurso	**SALDO DO RECURSO DO EXERCICIO ANTERIOR (31/12/2021)**	**RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE**	**SALDO TOTAL**
Recursos próprios a serem aplicados no enfrentamento da emergência de saúde - nacional - Coronavírus (COVID-19)	0,00	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)			
Descrição das Subfunções/Despesas	**Despesas Empenhadas**	**Despesas Liquidadas**	**Despesas Pagas**
Administração Geral	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Descrição das Subfunções/Despesas	**Inscrição em 2022 - RPs processados (a)**	**Inscrição em 2022 - RPs não processados (b)**	**Inscrição em 2022 - Saldo total (c) = a+b**	**Inscrição em 2021 - RPs processados (a)**	**Inscrição em 2021 - RPs não processados (b)**	**Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b**	**Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Pago (d)**	**Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Cancelado (e)**	**Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Liquidado* (f)**	**Exec**
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	

Gerado em 21/03/2023
15:16:22
Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

9.7. Covid-19 Repasse Estadual

Quadro demonstrativo da transferência de recursos advindos do estado para a aplicação no enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional - Coronavírus (COVID-19)			
Descrição do recurso	**SALDO DO RECURSO DO EXERCICIO ANTERIOR (31/12/2021)**	**RECURSOS DIRECIONADOS NO EXERCÍCIO ATUAL ATÉ O BIMESTRE**	**SALDO TOTAL**
Recursos de transferências do estado para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância - nacional - Coronavírus (COVID-19)	0,00	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Despesas decorrentes do enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância nacional Coronavírus (COVID-19)			
Descrição das Subfunções/Despesas	**Despesas Empenhadas**	**Despesas Liquidadas**	**Despesas Pagas**
Administração Geral	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Descrição das Subfunções/Despesas	**Inscrição em 2022 - RPs processados (a)**	**Inscrição em 2022 - RPs não processados (b)**	**Inscrição em 2022 - Saldo total (c) = a+b**	**Inscrição em 2021 - RPs processados (a)**	**Inscrição em 2021 - RPs não processados (b)**	**Inscrição em 2021 - Saldo total (c) = a+b**	**Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Pago (d)**	**Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs processados Cancelado (e)**	**Execução de RPs inscritos em 2021 - RPs não processados - Liquidado* (f)**	**Exec**
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Suporte profilático e terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informações Complementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	

Gerado em 21/03/2023
15:16:24
Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

- Análises e Considerações sobre Execução Orçamentária e Financeira

Os demonstrativos contidos neste relatório consolidam as informações de desempenho orçamentário e financeiro da Secretaria Municipal de Saúde executados no exercício do ano de 2022, conforme dados extraídos do SIOPS.

O Orçamento da Secretaria Municipal de Saúde é composto por fontes de recurso originárias do Tesouro Municipal, dos repasses do Ministério

da Saúde (MS) e de Convênios.

O Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) acima, estabelecido pela Constituição Federal e regulamentado pela Lei Complementar n° 101/2000, dispõe sobre a execução orçamentária dos recursos orçamentários da saúde, especificando receitas e despesas.

Sendo assim, em 2022, o município aplicou R$ 3.142.682,80 (três milhões e cento e quarenta e dois mil e seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos) em Ações e Serviços Públicos em Saúde (ASPS), referentes a arrecadação dos impostos de natureza municipal, ou seja, 17,49% das receitas líquidas de impostos e transferências constitucionais e legais, que se comparado a 2021 temos uma redução de 1,1% de investimento municipal.

Do total de despesas investidas em saúde no ano de 2022 foram: R$ 5.466.736,97 (cinco milhões e quatrocentos e sessenta e seis mil reais e setecentos e trinta e seis reais e noventa e sete centavos), sendo elas:

ı) R$ 3.144.362,80 investidos com recursos próprios;

ı) R$ 2.322.374,17 investidos com recursos provenientes do Governo Federal;

Da despesa total com Saúde, o município investiu R$ 1.163,14 (um mil e cento e sessenta e três reais e quatorze centavos) por habitante sob a responsabilidade do município.

Por outro lado, considerando o investimento global em saúde observa-se que houve uma participação de 0,08% de despesas com medicamentos, ou seja, em média R$ 4.131,36 (quatro mil e cento e trinta e um reais e trinta e seis centavos), levando em conta os investimentos advindos de convênios estaduais, investimento do tesouro municipal e recursos advindos do governo federal e estadual.

Em relação a despesas com pessoal, houve uma participação de 45,34% que considerando o investimento global temos que em média foram investidos R$ 2.341.451,12 (dois milhões e trezentos e quarenta e um mil e quatrocentos e cinquenta e um reais e doze centavos), considerando os dados inscritos no SIOPS referente ao ano de 2022.

No tocante as despesas com investimentos em estruturação da rede de saúde foram investidas 5,53% ou seja, em média R$ 302.310,55 (trezentos e dois mil e trezentos e dez reais e cinquenta e cinco centavos) para aquisição de equipamentos, veículos, reforma, ampliação, dentre outros, levando em conta os investimentos advindos de convênios estaduais, investimento do tesouro municipal e recursos advindos do governo federal e estadual.

Do total de recursos transferidos fundo a fundo, segundo bloco de financiamento e programa de trabalho, conforme descrito na tabela 9.4 relativo a execução orçamentária e financeira de recursos federais, observa-se que o município recebeu o montante de R$ 2.025.379,68 (dois milhões e vinte e cinco mil e trezentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos), dentre os quais utilizou (100%) nas ações e serviços de saúde no exercício de 2022.

Entre as subfunções, a que apresentou maior volume de recursos aplicados em 2022 foi a Atenção Básica (67%), seguida de Outras Funções (19%).

10. Auditorias

Não há informações cadastradas para o período das Auditorias.
Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS)
Data da consulta: 27/03/2023.

Outras Auditorias

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 27/03/2023.

- Análises e Considerações sobre Auditorias

Não ocorreram auditorias no corrente ano.

11. Análises e Considerações Gerais

Considerando o desempenho da gestão de saúde no ano de 2022, pode-se verificar que foram alcançadas as metas estabelecidas, o que demonstra um esforço e comprometimento da equipe envolvida.

Entretanto, ainda há pontos que precisam ser aprimorados para que a gestão de saúde alcance um patamar de excelência e possa oferecer serviços de qualidade à população.

Uma das considerações a serem feitas é em relação à execução orçamentária e financeira, que apesar de estar em conformidade com o planejado, pode ser aprimorada. É necessário identificar as áreas de maior demanda e priorizar a alocação de recursos nessas áreas, bem como buscar alternativas para otimizar a utilização dos recursos disponíveis.

Outra questão importante é a avaliação dos indicadores de saúde, que apesar de terem alcançado as metas pactuadas, ainda apresentam desafios a serem superados. É necessário analisar os indicadores com maior atenção e identificar as causas dos desvios para implementar medidas corretivas efetivas.

Por fim, é importante destacar a necessidade de aprimoramento da gestão de recursos humanos e tecnologias de informação e comunicação. É fundamental que a equipe seja valorizada e capacitada, para que possa oferecer um atendimento de qualidade à população. Além disso, é necessário investir em tecnologias que facilitem a gestão e melhorem a efetividade dos serviços prestados.

12. Recomendações para o Próximo Exercício

- Análises e Considerações sobre Recomendações para o Próximo Exercício

Com base nas considerações feitas em relação ao exercício de 2022, as recomendações para o próximo ano podem incluir:

- Realizar um planejamento orçamentário mais eficiente, priorizando as áreas de maior demanda e buscando alternativas para otimizar a utilização dos recursos disponíveis;

- Identificar as causas dos desvios dos indicadores de saúde e implementar medidas corretivas efetivas;

- Investir em capacitação e valorização da equipe de saúde, a fim de oferecer um atendimento de qualidade à população;

- Implementar tecnologias que facilitem a gestão e melhorem a efetividade dos serviços prestados;

- Promover ações de prevenção e promoção da saúde, visando reduzir a demanda por serviços de média e alta complexidade;

- Ampliar a oferta de serviços de saúde em áreas prioritárias, de acordo com as necessidades da população;

- Fortalecer a articulação entre as esferas de governo, a fim de garantir a efetividade da gestão de saúde em âmbito municipal.

Por fim, essas recomendações visam aprimorar a gestão de saúde e oferecer um atendimento de qualidade à população, contribuindo para o alcance de melhores resultados para o próximo ano.

MARLLON CASSIO DA SILVA BARROS
Secretário(a) de Saúde
SÃO PEDRO DOS CRENTES/MA, 2022

Parecer do Conselho de Saúde

Identificação

- Considerações:

APROVADO

Introdução

- Considerações:

APROVADO

Dados Demográficos e de Morbimortalidade

- Considerações:

APROVADO

Dados da Produção de Serviços no SUS

- Considerações:

APROVADO

Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS

- Considerações:

APROVADO

Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

- Considerações:

APROVADO

Programação Anual de Saúde - PAS

- Considerações:

APROVADO

Execução Orçamentária e Financeira

- Considerações:

APROVADO

Auditorias

- Considerações:

APROVADO

Análises e Considerações Gerais

- Parecer do Conselho de Saúde:

APROVADO

Recomendações para o Próximo Exercício

- Considerações:

APROVADO

Status do Parecer: Aprovado

SÃO PEDRO DOS CRENTES/MA, 27 de Março de 2023

Conselho Municipal de Saúde de São Pedro Dos Crentes